

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolive@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

CAVACO APOIA AMBIÇÃO DO PSD!

Penso que todos se recordam da “reentrée” do PSD na Universidade de Verão em Castelo de Vide, em final de Agosto passado. Ai, Marques Mendes teve oportunidade de enunciar os desafios que pretendia para o País, que centrou na economia, na educação e na segurança social, uma vez que se encontrava já firmado o Pacto para a Justiça.

Na economia, o objectivo ambicioso e central que Marques Mendes impôs foi o de alcançar a meta de crescimento económico de 3%. Como então disse, “*Portugal só tem sucesso se voltar a crescer mais do que a Europa. (...) Crescer 3% ao ano tem de ser o objectivo. Só a crescer 3% Portugal volta a convergir com a Europa. Só a crescer 3% o nível de vida de cada Português se aproxima do nível de vida dos Europeus.*”

Esta meta corajosa, este desígnio nacional ambicioso, este sonho de um Portugal maior, mostrou que nem todos em Portugal estão acomodados ao pessimismo, à falta de ideias e de objectivos nacionais, como o Governo!

Marques Mendes ousou sonhar e acreditar que os Portugueses podem fazer mais e melhor, com políticas diferentes.

Foi assim, com total satisfação que ouvimos Cavaco Silva, na sua mensagem de Ano Novo, embora seis meses depois, fazer-se eco da mesma ambição!

Cavaco Silva disse, “*É chegado o tempo de ultrapassar a fase de reduzido crescimento económico e de acertar o passo com os nossos parceiros europeus, consolidando um novo ciclo de desenvolvimento*”. E mais à frente disse ainda, “*Para estarmos entre os melhores, devemos ter a ambição de estabelecer metas exigentes, que a todos comprometam e responsabilizem. Os portugueses exigem realizações concretas. E o Presidente da República, no início deste ano de 2007, acompanha-os nessa exigência de resultados*”.

Não podemos estar mais de acordo com esta exigência de ambição e de responsabilização! Estamos fartos de um Governo fraco, sem objectivos e sem ambição. Um Governo que sabe que com as suas políticas não atingirá os níveis de crescimento da média europeia nem em 2008, como as projecções da Comissão Europeia vieram mais uma vez confirmar.

O que notamos, neste início de 2007, é uma coincidência clara de discursos entre Marques Mendes e Cavaco Silva. A convergência económica com a Europa é um desafio do PSD e da Presidência da República. Pelos vistos só não é do Governo...

O que é estranho, no entanto, é a desatenção dos habituais comentadores de serviço na nossa comunicação social! Tão lesto a evidenciar a coincidência de posições entre Cavaco e Sócrates e tão omissos sobre esta evidente semelhança de objectivos e de ambição nacional entre Cavaco e Mendes!

Será mera desatenção ou falta de memória? Seja como for aqui ficam, para quem queira ler, os factos como eles são. Estaremos atentos aos desatentos do costume.

2007 começa bem para o PSD, começa com um aliado de peso: Cavaco Silva acompanha a ambição do PSD e dos Portugueses!

«O País não é de Sócrates e o Estado não é “coutada” dos socialistas»



Destaques:

Debate mensal com o Primeiro-Ministro

Pag.2 e seguintes

Lei das Finanças locais é marco negativo!

Leia em “Actividades do PSD”

Reacções duras e muito justas das comunidades à reorganização (ou destruição?) consular

Leia em “Comunidades”

As intervenções de Marques Mendes no último debate mensal com o PM denunciam “golpe” total do Governo

O último debate mensal com o PM, no fim do ano, assumiu aspectos de grande relevância, pelas acusações do líder do PSD ao Governo, de querer controlar a Entidade Reguladora para os Serviços Energéticos, colocando como presidente um ex-governante de António Guterres, e apontou critérios que se podem considerar-se, no mínimo, estranhos, nos empréstimos da Caixa Geral de Depósitos.

O tema geral, no entanto, era o Ensino Superior, e aí Luís Marques Mendes, lembrou que há um diploma do nosso Partido entregue há seis meses, não discutido; e considerou que a acção do executivo nessa área resume-se a “... suscitar um clima de crispação e de praticar cortes cegos no investimento (cerca de 14% no O.E. para 2007)”.

Este Diploma estabeleceria a obrigatoriedade da divulgação dos cursos, e respectivos estabelecimentos de ensino, dos licenciados no desemprego e conta do Projecto de Resolução nº 161/X.

No texto do Diploma afirmava-se que “... o Estado divulga mensalmente os dados do mercado de emprego apurados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional. Por sua vez, o Instituto Nacional de Estatística projecta, trimestralmente, as informações referentes ao desemprego registado em Portugal.

A leitura dos dados do mercado de emprego, nomeadamente através do Boletim Mensal do IIEFP, evidencia que, contrariando a tendência relativa a todos os outros níveis de ensino, **o número de desempregados com habilitação superior tem crescido de forma sustentada.**

Em termos estatísticos, os dados do emprego divulgados pelo INE e referentes ao 2º trimestre de 2006, apresentam 40.600 desempregados com habilitação superior, o que traduz um crescimento de 30,5% relativamente ao período homólogo do ano anterior.

Verificados os dados do IIEFP e as projecções estatísticas do INE, é inegável que o país sofre de uma realidade que afecta muito negativamente a vida dos portugueses com habilitação superior, sobretudo os recém-licenciados, assistindo-se a uma tendência consolidada de crescimento do desemprego entre estes cidadãos.

Nestes termos, julgamos



fundamental o País e os portugueses, bem como as instituições públicas e privadas, conhecerem a correspondência das saídas profissionais e das vias de habilitação superior e tecnológico com o factor empregabilidade, bem como com a realidade e evolução do mercado de trabalho.

Este instrumento revelar-se-á imprescindível para, futuramente, os jovens poderem fazer as suas opções de formação, tendo em vista uma perspectiva profissional sólida. Será, igualmente, um instrumento fundamental para correcção da actual desadequação da oferta do ensino superior com o mercado de trabalho.

Há, com certeza, várias causas que condicionam este estado de coisas. E uma delas é a **deficiente informação dos estudantes e das suas famílias, deficiente essa que muitas vezes os empurra para opções com escassas ou nulas saídas profissionais.**

Os jovens, os pais e as famílias têm o direito a esta informação. Trata-se de uma informação essencial para que as opções escolhidas sejam consistentes e conhecedoras das realidades.

Assim, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD apresentam o seguinte projecto de resolução:

A Assembleia da República recomenda ao Governo que determine:

1. A obrigatoriedade de divulgação pública, em relação ao desemprego registado entre licenciados, de uma listagem quantificada dos cursos de que são detentores, bem como dos estabelecimentos de ensino em que são formados.

2. A divulgação pública das listagens referidas no ponto anterior deve ser efectuada durante o mês de Janeiro de cada ano, reportada aos 12 meses anteriores.

Constatando que algumas das linhas gerais apresentadas pelo Primeiro-Ministro vêm ao encontro de propostas entregues pelo PSD, Marques Mendes desafiou o Governo a aceitar o seu texto e faze-lo discutir, ou, em alternativa, a apresentar, também, diploma próprio.

Apesar da aproximação do Governo às propostas já apresentadas pelo PSD, contradizendo frontalmente o discurso da bancada socialista, o presidente do PSD sublinhou, ainda, diferenças substanciais, nomeadamente: na composição dos órgãos de gestão das universidades, a figura do Reitor e sobre as saídas profissionais, a questão da divulgação do grau de empregabilidade dos cursos e

instituições. Criticou, ainda, o Governo sobre a exoneração do presidente da ERSE, o controlo sobre a concessão de crédito na CGD, a crescente governamentalização do aparelho de Estado e o falhanço da reforma da administração pública. Intervieram também no debate os deputados Pedro Duarte e Agostinho Branquinho.

Marques Mendes aproveitou este ponto de debate, para levantar a questão da demissão súbita do presidente da Entidade Reguladora para os Serviços Energéticos (ERSE), Jorge Vasconcelos, que disse ter sido “um golpe de mão de última hora, com a subserviência dos deputados socialistas, para impedir que fosse ouvido no Parlamento”.

O líder social-democrata acrescentou que “se é verdade que para o seu lugar o Governo vai escolher um ex-governante socialista, ex-secretário de Estado do ex-ministro Pina Moura, trata-se de um golpe total e completo na isenção e na independência da ERSE”.

“Se for assim mais vale acabar com a ERSE e substituí-la por uma direcção-geral. Para compor o ramallete só falta também nomear algum assessor do ministro da Economia”, declarou, adiantando que vai apresentar um projecto para mudar o regime de nomeação dos



presidentes das entidades reguladoras.

Além de contestar a nomeação de um ex-secretário de Estado de Pina Moura, actualmente deputado e presidente da Iberdrola Portugal, Marques Mendes retomou a questão da concessão de crédito pela Caixa Geral de Depósitos (CGD).

Marques Mendes afirmou que esta está nas mãos de “três militantes do PS, dois dos quais verdadeiros comissários políticos”. Em seguida, o presidente do PSD acusou ainda o Governo de, em vez de reduzir serviços da Administração Pública, ter decidido “criar três novas empresas públicas”.

“São os socialistas no seu melhor: mais administradores, mais directores, mais lugares, mais vencimentos, mais pessoas sentadas à mesa do orçamento”, disse.

Mostrando toda a sua capacidade de arrogância e falta de respeito pela Oposição e pelo líder do seu maior Partido, o primeiro-ministro aludiu à escolha de Vítor Santos para novo presidente da ERSE, dizendo: “Acha [Marques Mendes] que devia discutir consigo quem deve ser presidente da ERSE? Para nomear o presidente da ERSE é preciso candidatar-se a eleições e ganhá-las. Pretende agora condicionar o Governo nas suas escolhas e dizer quem deve e não deve ser nomeado”.

Quanto ao despacho do ministro da Economia, Manuel Pinho, na véspera da audição parlamentar de Jorge Vasconcelos, que seria cancelada, dispensando-o do cargo, José Sócrates declarou que “o Governo fez o que devia fazer”.

Marques Mendes afirmou que esse episódio “é uma nódoa que nunca mais se apagará” e que o Governo quis “impedir que ele fosse ouvido no Parlamento”

As palavras do Presidente do PSD: dois anos perdidos em matéria de Ensino Superior

Marques Mendes tinha começado por associar-se aos votos de Boas

Festas e também desejar ao Sr. Primeiro-Ministro e a todo o Governo um Bom Natal e um Feliz Ano Novo. Entrando em matéria disse que, quanto ao ensino superior, a acção do Governo no domínio do ensino superior, ao longo destes quase dois anos, tem-se caracterizado por três coisas: imobilismo, crispação e cortes financeiros.

Ao longo de quase dois anos não houve praticamente uma reforma de fundo no domínio do ensino superior.

Ao longo de quase dois anos foi grande o clima de crispação que o Governo estabeleceu neste sector: conflitos com reitores, conflitos com o Conselho de Reitores, conflitos com o Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, que levaram à sua demissão, conflitos com o Representante de Portugal no Processo de Bolonha. Um clima de crispação!!

Em terceiro lugar, o ensino superior foi um domínio marcado por cortes financeiros cegos no investimento. O mais gritante e significativo foi o corte de cerca de 14% no Orçamento para 2007. Um corte cego, feito a ceto, sem critério e sem estratégia.

Ou seja, quase dois anos e, em matéria de ensino superior, foram dois anos perdidos. Diria que, neste ponto, o Governo foi até ao momento uma nulidade.

Agora, o Sr. Primeiro-Ministro tenta «emendar a mão», e por isso vem aqui, à Assembleia, definir algumas orientações para o futuro.

Quero desde já dizer-lhe que várias das orientações apresentadas vêm de encontro a um projecto de lei que o PSD apresentou na Assembleia da República há seis meses!!

À época, vários responsáveis socialistas criticaram o nosso projecto de lei, mas registo com satisfação que várias das orientações agora propostas vêm na mesma linha, ainda que sejam bastante genéricas.

Mas a este respeito quero dizer ainda mais.

É preciso, do nosso ponto de vista, ir mais longe: acabar com o incongruente e obsoleto sistema de governo das nossas universidades. A chamada gestão democrática das escolas não passa, na prática, de um exercício de gestão demagógica.

Há que dizer isto e, sobretudo, há que acabar com isto!!

Temos aqui, desde logo, Sr. Primeiro-Ministro, três diferenças. Gostaríamos de ir mais longe.

Primeira diferença: o Governo entende, pelo que foi dito, que o órgão colegial máximo das universidades deve ser maioritariamente composto por professores. Do nosso ponto de vista, esse órgão máximo deve ser maioritariamente constituído por pessoas externas às instituições, vindas da sociedade civil, para garantir uma maior ligação às empresas, às escolas envolventes, ao mercado de trabalho e à sociedade civil.

A segunda diferença diz respeito ao regime de escolha do reitor. O

pena de, se não a fizermos a sério, com profundidade e com coragem, agravarmos a nossa mediocridade e a nossa irrelevância ao longo dos tempos. Não é isso que desejamos!

Posto isto, gostaria de aproveitar esta oportunidade — seria quase despropositado se o não fizesse — para confrontar V. Ex.^a com duas ou três questões de outra natureza, sendo que a primeira diz respeito à Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE).

O caso da ERSE

Num «golpe de mão», à última da hora e com a subserviência dos Deputados socialistas, o Governo



Governo aponta a obrigatoriedade de essa escolha ter de recair sobre um professor. Do nosso ponto de vista, essa matéria deve ser deixada à flexibilidade de cada instituição. Mais autonomia para exigir maior responsabilização. Pode ser um professor ou não professor. Tem é de ser uma personalidade de reconhecido mérito e competência, para reforçar o espírito de liderança, para que a gestão A terceira diferença (aqui por omissão) diz respeito às saídas profissionais. Temos em Portugal já algumas dezenas de milhares de jovens licenciados que estão no desemprego. O País tem o direito de saber quais são os cursos que eles tiraram e as instituições onde esses cursos foram tirados. No fundo, o grau de empregabilidade dos cursos que são ministrados. Porquê? Porque há cursos que são verdadeiros passaportes para o desemprego, e o País tem o direito de saber quais são, como tem o direito de saber quais as instituições que, apesar disso, para satisfazer caprichos ou interesses, continuam a mantê-los em actividade.

Ai gostaríamos de ir mais longe.

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, espero que o Governo apresente rapidamente a sua proposta de lei para que, conjuntamente com o nosso projecto de lei, pendente deste Parlamento há seis meses, possamos fazer uma reforma a sério das instituições do ensino superior, sob

impediu que o antigo regulador do sector eléctrico fosse ouvido na Assembleia da República.

Ou seja, numa manobra antidemocrática e inqualificável, o Governo impediu que o Parlamento exercesse o seu direito e o seu dever de fiscalização. Isto é um escândalo! Uma coisa nunca vista! Uma manobra que envergonha o Governo, a maioria e mesmo a democracia! Absolutamente inaceitável!

Não sei o que é que o Governo quer esconder, não sei de que é que o Governo tem medo, não sei o que é que o Governo, neste momento, não quer que se saiba, mas há uma coisa que sei: o que sucedeu é um exercício de arrogância e de prepotência. Isto não é autoridade, isto é um exercício de autoritarismo puro e duro, absolutamente inaceitável!

Ainda sobre esta matéria, o Governo vai agora designar o novo presidente da Entidade Reguladora. Tem todo o direito a fazê-lo! Mas quero, desde já, dizer-lhe que, se for designado o nome que vem nos jornais, um ex-governante socialista, ex-secretário de Estado do ex-ministro Pina Moura, é um golpe total e completo na isenção e na independência do regulador do sector eléctrico.

Se for assim, mais vale acabar com a Entidade Reguladora e substituí-la por uma direcção-geral, porque sempre fica mais barato e, ao mesmo tempo, poupa-nos à hipocrisia de

A reforma da Administração Pública

Última questão: reforma da Administração Pública.

O Governo disse e prometeu que a reforma da Administração Pública tinha, desde logo, um objectivo essencial: reduzir o número de serviços públicos, de serviços inúteis. Pois bem, as primeiras grandes medidas que se conhecem não vão no sentido de reduzir nada mas de criar três novas empresas públicas no domínio da Administração Pública!!

Os portugueses sabem o que isto é: os socialistas no seu pior! Sempre! Mais administradores, mais directores, mais lugares, mais vencimentos e mais pessoas sentadas à mesa do Orçamento!!

Não foi isto, Sr. Primeiro-Ministro, o que foi prometido e também não é isto aquilo de que o País precisa!

Por isso lhe digo, a concluir, que é bom que o Governo não confunda maioria absoluta com poder absoluto. O País precisa de estabilidade mas também precisa de equilíbrio. Cumpra ao Governo — e, com isto, sim, devia preocupar-se! — pôr o País a crescer e a criar riqueza, mas deve o Governo começar a pensar que o País não é propriedade sua e o Estado não é coutada dos socialistas!

chamar independente a uma entidade governamentalizada.

E, «para compor o ramalhete», só faltava mesmo nomear também algum assessor do Ministro da Economia. Seria o escândalo completo! Quero, a este respeito, dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que, para vergonha já temos o exemplo bastante da principal instituição financeira nacional, do Estado, a Caixa-Geral de Depósitos, pois toda a concessão do crédito desta instituição está entregue a três militantes socialistas, dois dos quais verdadeiros comissários políticos. O Estado não é coutada de alguns!

E, como a matéria da regulação é muito importante para o País, para o seu desenvolvimento no futuro, quero também, desde já, anunciar aqui que o PSD vai apresentar, no início do próximo ano, um projecto de lei consagrando um novo regime para a nomeação dos responsáveis das entidades reguladoras, para garantir, verdadeiramente, a sua independência face ao Governo e à Administração. É por estas e por outras que se justifica ir mais longe, em face daquilo que o Governo tem feito.

O Governo não fez o seu trabalho e está a ornamentar-se com louros que lhe não pertencem!

Relativamente ao ensino superior e, ainda, ao Processo de Bolonha, se uma parte significativa dos cursos, este ano e, sobretudo, no próximo, estão adaptados a Bolonha, o senhor esqueceu-se de dizer que isso é mérito, acima de tudo, não do Governo, mas das universidades e dos politécnicos que fizeram, a seu tempo e, às vezes, com pouco tempo, aquilo que foram obrigadas a fazer. Agora, o Governo não fez, e também devia ter, previamente, feito o seu «trabalho de casa». Repare: reforma da gestão escolar: devia ter sido feita previamente; estatuto da carreira docente universitária: devia ter sido feito previamente; racionalização da rede escolar: devia ter sido feita!

Em suma, as instituições fizeram o seu trabalho e o Governo não fez o seu.

Em segundo lugar, Sr. Primeiro-Ministro, em matéria de ensino superior, e só para fundamentar mais o que acabei há

instantes de dizer, bastaria reler aqui o que o Professor Adriano Pimpão — que foi seu antigo colega de Governo, como sabe — disse a respeito da acção do Governo nesta área: disse que «o Governo está a matar as universidades».

Não fui eu quem o disse, foi ele, e o senhor conhece-o bem melhor do que eu!!

Ainda sobre esta matéria, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor esqueceu-se — e julgo que devia ter sido informado pelo Sr. Ministro — de que, relativamente a algumas das questões centrais que abordou na sua intervenção, o PSD tem um projecto de lei, apresentado há seis meses — e, repito, seis meses! —, com alguns dos pontos que o Governo, agora, vem subscrever — e ainda bem! — e com alguns outros, que já assinalei e que merecem a nossa divergência.

O nosso projecto de lei foi apresentado há seis meses e o Governo diz que só daqui a seis meses é que vai apresentar o seu. Veja bem: a diferença é esta!

Mas ainda quero acrescentar-lhe o seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro disse que temos de debater nesta matéria. Temos, com certeza! Mas deixe-me que lhe diga o seguinte: temos, sobretudo, de decidir, porque nesta matéria do ensino superior estão feitos todos os diagnósticos. O

importante, de facto, é ter vontade e coragem política de decidir. É preciso!

E, por isso, é que temos esse nosso projecto de lei à espera de que o Governo apresente o seu.

Sublinho aqui o seguinte: quanto a estes dois ou três pontos que fazem, desde logo, a nossa divergência — e pode haver outros, face ao carácter muito genérico das orientações que aqui apontou — Sr. Primeiro-Ministro, penso que vale a pena reflectir. A questão é a seguinte: de facto, não é nada contra os professores, mas uma maioria de elementos da sociedade civil no órgão máximo colegial da instituição é o sinal importante de ligação maior das instituições do ensino superior à sociedade civil, ao mercado do trabalho, às empresas. É um sinal fundamental!

Também relativamente ao reitor, o que estamos a propor não é nada que não se faça lá fora, no estrangeiro.

Pode ser professor ou não professor, mas deve ser, sobretudo, uma personalidade de reconhecido mérito.

Agora, Sr. Presidente e Sr. Primeiro-Ministro, só mais duas questões: o ministério e a criação de novos serviços.

Repare, Sr. Primeiro-Ministro, vou ser directo e dar-lhe aqui um exemplo: o Governo acabou de aprovar a nova lei orgânica do Ministério da Educação para adaptá-la ao PRACE. Dias depois de aprovada a lei orgânica do Ministério da Educação — veja bem!... — vem o Governo criar dois novos organismos no Ministério da Educação que não estavam previstos no PRACE.

Uma empresa pública para gerir o parque escolar: não consta no PRACE; e um conselho coordenador para as escolas públicas, que também não consta no PRACE.

Ou seja, ainda está longe de se aplicar o PRACE e já criam mais organismos do que aqueles que estão lá previstos. É assim!!...

Quanto à ERSE, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor quer é fugir aos pontos fundamentais: primeiro, registo que não teve qualquer palavra sobre a questão dos nomes. Registo sintomático e significativo, aguardamos para ver.

A outra questão, Sr. Primeiro-Ministro, é a seguinte: o senhor foge ao lado da questão essencial. É porque, pela primeira vez na vida, um Governo antecipa um despacho para pôr fim às funções de uma pessoa que se demitiu, para impedir que essa pessoa, na terça-feira, viesse aqui, ao Parlamento. Fê-lo meia dúzia de horas antes, isto é inaceitável!!

É porque esta não é uma questão de somenos, é mesmo a questão central! Normalmente, o que é que acontece? Uma pessoa pede a demissão, está demissionária, fica a exercer funções em regime demissionário até ser substituída.

Essa pessoa ainda não foi substituída, mas o Governo antecipou-se a pôr fim às suas funções, apenas com um objectivo: que não viesse ao Parlamento dizer o que tinha a dizer. Isto é inaceitável!!

Vou dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, isto é uma vergonha! É uma nódoa! Esta nódoa nunca mais a apaga, é uma nódoa que mancha todo o Governo e o seu comportamento e a sua atitude ao longo de toda a Legislatura. Isto é inaceitável!! — PL, Gab. Imp. GPPSD.



Finanças Locais são «marco negativo» mas o responsável é só o Governo

PSD promete pedir revogação de novas empresas públicas no Estado

O PSD anunciou que irá pedir a revogação de novas empresas públicas que venham a ser criadas dentro do Estado, como as anunciadas para a gestão das compras e recursos humanos e financeiros da administração pública.

“Se essas empresas forem mesmo criadas, o PSD irá exigir a sua apreciação parlamentar e a sua revogação, confrontando o Governo com a iniquidade das suas políticas e com o disparate das suas opções”, anunciou Marques Guedes, numa declaração política no plenário da Assembleia da República.

A 14 de Dezembro, em Conselho de Ministros, o Governo anunciou a criação de uma empresa de gestão dos recursos humanos e financeiros da Administração Pública, bem como da Agência Nacional de Compras Públicas.

Num discurso em que fez um balanço muito negativo dos primeiros dois anos de governação socialista, Marques Guedes retomou o desafio essencial do discurso de Ano Novo do Presidente da República Cavaco Silva.

“Acabou o tempo das desculpas e dos adiamentos. O país já não se satisfaz com anúncios e promessas. Os portugueses querem resultados, resultados positivos e concretos”, afirmou Marques Guedes, considerando que “a situação do País, das famílias e das empresas” piorou nos últimos dois anos.

Acusando o Governo PS de ser marcado pela propaganda e pela arrogância, Marques Guedes traçou um quadro negro dos resultados já alcançados.

“Em matéria de resultados, a verdade é esta: os portugueses empobrecem, os orçamentos das famílias emagrecem, as empresas estão cada vez mais asfixiadas e Portugal está cada vez mais distanciado do crescimento europeu”, diagnosticou, adiantando que “em 2007 os portugueses precisam de ver resultados e merecem ter esperança”.

Também numa declaração política no período antes da ordem do dia, o líder parlamentar socialista, Alberto Martins, traçou um quadro completamente diferente da situação do país, mas a Oposição criticou o diagnóstico feito pelo socialista, com o deputado do PSD Montalvão Machado a acusar Alberto Martins de “esquecer que nos últimos dois anos o Governo socialista não fez rigorosamente nada”.

“Portugal está, passo a passo, a marcar passo. Foi das rabanadas ou do bolo-rei ou vossa Excelência se esqueceu de tudo o que o Governo devia ter feito e não fez?”, criticou o vice-presidente da bancada social-democrata.



O PSD considerou que a Lei das Finanças Locais, promulgada pelo Presidente da República, Cavaco Silva, “é um marco muito negativo para o poder local”, mas só responsabilizou o Governo pela nova legislação.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, promulgou a Lei das Finanças Locais, cinco dias após o Tribunal Constitucional (TC) ter declarado a constitucionalidade do diploma, contestado pelo PSD, PCP, BE e pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

Quando enviou o diploma para o TC, Cavaco Silva manifestou dúvidas sobre os artigos 19º e 20º, que permitem aos municípios decidirem como dispor de até cinco por cento do IRS cobrado aos municípios e que PSD e ANMP defenderam serem inconstitucionais.

Em declarações à agência Lusa, o secretário-geral do PSD, Miguel Macedo, lembrou que o partido “desde o início considerou esta lei injusta, uma vez que mina a autonomia do poder local, não favorece a descentralização e prejudica as populações”.

Sem referir as questões constitucionais, Miguel Macedo afirmou que “esta lei da responsabilidade do Governo é um marco muito negativo para o poder local”, “demonstra uma falta de sentido estratégico” e “tentações centralistas ou controladoras”, mas desresponsabilizou o Presidente da República.

Questionado sobre se o PSD responsabiliza também Cavaco Silva pelo “marco muito negativo” e pela “falta de sentido estratégico”, Miguel Macedo insistiu que o diploma é “da iniciativa do Governo” e por isso “a responsabilidade política é do Governo, que a propôs”.

“O PSD respeita a decisão do Presidente da República, que é normal num Estado de Direito democrático”,

disse, acrescentando que “o PSD tem a sua posição contra este diploma e está a mantê-la” e concluindo não querendo dizer “mais nada sobre isso” neste momento.

PSD considera muito grave falhas detectadas por Tribunal Contas na Conta do Estado:

O PSD considerou muito grave que o Tribunal de Contas (TC) não tenha conseguido validar as contas do Estado de 2005 por ter detectado erros e omissões nas contas públicas.

“O Tribunal de Contas detectou erros graves e omissões e não conseguiu validar as contas públicas de 2005, o que é muito grave, tanto mais quando se trata de um Governo que apregoa de forma arrogante a transparência e a clareza, que pelos vistos não existem nas contas do Estado”, disse à agência Lusa o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Miguel Frاسquilho.

O deputado lembrou que o Tribunal de Contas fez sugestões à Assembleia da República que serão tidas em conta pelo PSD quando fizer a análise da Conta Geral do Estado de 2005.

“É uma questão metodológica, vamos ter em conta as sugestões feitas e procederemos de forma a assegurar a transparência e a clareza das contas do Estado”, afirmou o deputado social-democrata.

O Tribunal de Contas afirmou que continua a ter dúvidas sobre as contas do Estado, porque a informação disponível não permite certezas sobre as receitas e as despesas públicas, e, consequentemente, sobre a dimensão do défice orçamental.



Na síntese conclusiva do parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2005, hoje divulgado, o Tribunal de Contas diz que “a conta consolidada do Estado, incluindo a da segurança social, continua a apresentar importantes deficiências”.

Mensagem de Natal de Sócrates encaixa-se “no domínio da fantasia”

O deputado social-democrata Miguel Frasquilho afirmou que a mensagem de Natal do primeiro-ministro “encaixa-se mais no domínio da fantasia do que no da realidade portuguesa”.

“O PSD entende que a mensagem foi mais uma manobra de propaganda do Governo para desviar as atenções do estado real da economia portuguesa”, afirmou aquele parlamentar.

O primeiro-ministro, José Sócrates, sustentou segunda-feira que a economia, as contas públicas e o emprego estão a melhorar “passo a passo” em Portugal e pediu “confiança” aos portugueses.

“De Setembro de 2005 a Setembro de 2006, a economia portuguesa foi capaz de criar 57 mil novos empregos”, apontou Sócrates, advogando, depois, a existência de uma evolução positiva no que respeita às contas públicas do país.

Miguel Frasquilho recordou que “há uns anos Portugal era o 14º país mais rico da União europeia. Depois foi ultrapassado pela Grécia. Agora está na 18ª posição, vendo passar à sua frente a Eslovénia, Chipre e a República Checa”.

“Em 2008 ou 2009, seremos muito provavelmente ultrapassados pela Estónia e por Malta, algo impensável há uns anos atrás”, salientou.

Para Frasquilho, se é um facto que Portugal tem crescido, “os outros têm crescido muito mais” e, “quando comparada a situação de Portugal com a dos seus principais parceiros,

percebe-se que o país está a ficar para trás”.

“A receita do Governo não tem sido a mais correcta para resolver o problema. A delirante subida da carga fiscal foi um dos principais factores que levaram a economia portuguesa a crescer menos em 2004 e 2005”, considerou.

PSD quer ouvir ministro da Saúde sobre reestruturação das urgências

O PSD requereu a audição do ministro da Saúde em sede de comissão parlamentar, ainda antes do titular da pasta tomar qualquer decisão acerca da reestruturação das urgências.

“A audição da Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação das Urgências, que teve na semana passada, permitiu clarificar diversos aspectos da proposta de reestruturação da rede, mas veio também adensar algumas dúvidas e preocupações do Grupo Parlamentar do PSD, que importa o Governo esclarecer”, lê-se no requerimento agora enviado à presidente da comissão parlamentar de Saúde.

Durante a audição da comissão que propôs a requalificação dos serviços de urgência, os responsáveis apresentaram o que consideraram ser a forma ideal de melhorar o atendimento urgente aos cidadãos portugueses, que passa pelo encerramento de 14 urgências hospitalares.

O presidente da comissão, António Marques recusou as acusações do PSD de “instrumentalização” por parte do Governo, garantindo que nunca

sentiu qualquer pressão por parte do executivo.

“Esta comissão nunca foi pressionada pelo Executivo, existindo antes consensos que resultaram do debate, nomeadamente com as Administrações Regionais de Saúde (ARS) e com a Direcção-Geral da Saúde (DGS)”, disse António Marques.

Contudo, por considerar que “não estão ainda reunidas as condições mínimas que tecnicamente possam fundamentar uma decisão política que implique o encerramento de alguns dos serviços de urgência propostos”, o PSD solicitou agora a audição do ministro da saúde em sede de comissão parlamentar.

No requerimento, os sociais-democratas referem ainda que a audição deve ocorrer antes que Correia de Campos “tome qualquer decisão” a respeito da reestruturação das urgências.

Finanças Regionais: PSD entregou hoje no TC pedido de fiscalização preventiva

O PSD entregou já no Tribunal Constitucional o pedido de fiscalização preventiva da nova Lei das Finanças Regionais, aprovada pelo Parlamento a 30 de Novembro, disse à Lusa o deputado social-democrata Guilherme Silva.

Segundo Guilherme Silva, no “extenso” documento entregue no Tribunal Constitucional, o PSD alega a existência de várias inconstitucionalidade na nova Lei das Finanças Regionais, aprovada em votação final global com os votos favoráveis da maioria socialista e a abstenção do CDS-PP.

Entre as inconstitucionalidades apontadas pelo PSD está a alegada violação de diversas disposições da Constituição e do Estatuto Político-Administrativo das Regiões Autónomas, nomeadamente no que se refere à obrigatoriedade das transferências anuais do Estado para cada uma das regiões não poder ser inferior às transferências do ano anterior.

O corte nas transferências para a Madeira, que atingirá os 34 milhões de euros já em 2007, tem, aliás, sido um dos aspectos mais criticados pelos sociais-democratas, assim como pelo presidente do Governo Regional da Madeira e líder do PSD/Madeira, Alberto João Jardim.

Por outro lado, acrescentou Guilherme Silva, o novo diploma “viola igualmente um princípio do Estado de Direito democrático que é não alterar as regras do jogo financeiro a meio da legislatura”.

Outro dos aspectos contestados pelo PSD diz respeito ao facto de se fazer depender de um decreto-lei “os poderes tributários que são conferidos aos Governos Regionais”.

Segundo o artigo 278º da Constituição, podem requerer ao Tribunal Constitucional a apreciação preventiva da constitucionalidade “de qualquer norma constante de decreto que tenha sido enviado ao Presidente da República para promulgação como lei orgânica, além deste, o primeiro-ministro ou um quinto dos deputados à Assembleia da República em efectividade de funções”, o que equivale a 46 par lamentares.

Ainda de acordo com a Constituição, o Presidente da República não poderá promulgar os decretos “antes do Tribunal Constitucional sobre eles se ter pronunciado”.

O Tribunal Constitucional tem, ainda segundo a Lei Fundamental, um prazo de 25 dias para se pronunciar.

Se o Tribunal Constitucional se pronunciar pela inconstitucionalidade de qualquer norma constante do decreto, o mesmo será “devolvido ao órgão que o tiver aprovado”, de acordo com o número 1 do artigo 279º da Constituição.

Nesse caso, estabelece o número 2 do mesmo artigo, “o decreto não poderá ser promulgado ou assinado sem que o órgão que o tiver aprovado expugne a norma julgada inconstitucional ou, quando for caso disso, o confirme por maioria de dois terços dos deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções”.

“Se o diploma vier a ser reformulado, poderá o Presidente da República (...) requerer a apreciação preventiva da constitucionalidade de qualquer das suas normas”, lê-se ainda no número 3 do artigo 279º da Constituição. – Fontes: PL/GP-PSD Lusa, DN, TSF, RDP





Intervenção sobre a intenção de limitar o aumento das tarifas eléctricas a um valor inferior ou igual à taxa de inflação esperada.

Deputado Carlos Poço
Assembleia da República, 20 de Dezembro de 2006

(...)

Impor o tecto da inflação como é proposto neste projecto de Lei n.325/X, para os “clientes domésticos, excluindo as actividades industriais comerciais ou profissionais” sem apresentar uma solução para o défice, não é aceitável.

Por outro lado se os custos de investimento em novas tecnologias não originarem reduções de preços para os consumidores domésticos, o aumento entretanto imputado ser devolvido aos consumidores, não pode ser levado a sério.

Não cumprir contratos estabelecidos com empresas também não é de pessoa de bem como se espera que o Estado seja.

Entendemos que qualquer proposta nesta matéria deverá perspectivar uma solução e não deverá manter o monstro eternamente ou até aumentá-lo.

Tem que ser eliminado.

Por exemplo; seria mais razoável que se propusesse ao governo a utilização de parte das receitas de privatização da GALP na eliminação deste défice de energia eléctrica.

O défice existe e não pode ser ignorado!

O Governo entendeu agora com a publicação a 18 de Novembro de um Decreto-lei, estabelecer um aumento máximo das tarifas de electricidade de 6,0% em 2007 repartindo o pagamento do défice eléctrico e respectivos juros pelos próximos dez anos.

Esta medida contraria os três anos propostos pela ERSE.

O que está aqui em causa é a política do Governo para o sector eléctrico o qual terá que definir entre outras coisas:

1. Pretende ou não manter a ERSE como Entidade Reguladora Independente para o sector?

Ou por outro lado pretende que as tarifas continuem a ser definidas pelo Governo?

2. O governo pretende manter-se ao ataque à independência da ERSE?

3. Pretende manter a solução aprovada em Conselho de Ministros de pagar em dez anos, limitando a competitividade do sector em Portugal sem qualquer estímulo à



concorrência?

4. Pretende o governo que os custos deste défice que está neste momento pelo menos em 399 milhões de euros e se estima em 473 milhões no final de 2007 seja pago pelos pequenos consumidores?

Ou por outro lado este défice será suportado pelo sector empresarial, numa futura decisão intempestiva deste mesmo governo?

O “espanto” demonstrado em Outubro pelo Sr. Ministro da Economia sobre os valores propostos pela ERSE é em si uma grande surpresa para todos nós portugueses.

Estes valores já são conhecidos de todos na sua grandeza aproximada desde Março, com a audição do Presidente da Entidade Reguladora na Comissão dos Assuntos Económicos.

Seguramente que o governo os conhecia antes, mas se não conhecia tinha a obrigação de conhecer.

Mesmo que não conhecesse as contas aproximadas são fáceis de fazer.

Eram previsíveis. E é preciso resolver.

Podemos estar perante uma distração do Ministério da Economia que não tomou qualquer medida para minimizar o impacto ou mesmo resolver.

Importa também, porque todos os portugueses gostariam de saber a que se deve este défice e o que será feito no futuro para o controlar.

Apesar do Governo ser um utilizador frequente do power-point e da propaganda não explicou aos utilizadores de electricidade porque temos também mais este défice para pagar!

O valor do défice e respectivos

juros tem origem nas medidas do início do ano, e com os sobrecustos das energias renováveis nomeadamente a eólica e da cogeração.

O Protocolo de Quioto e o previsível aumento de preços dos combustíveis fosseis só nos deixa um caminho:

As energias renováveis num “mix” equilibrado e sustentável economicamente.

Energias renováveis são seguramente o caminho certo e nisto estamos certamente todos de acordo.

Estamos integrados num mercado por agora Ibérico - O MIBEL -e mais tarde alargado a toda a Europa.

Onde não estamos de acordo é que não pode ser feito a qualquer preço.

A principal causa deste défice foi criada pelo Governo socialista liderado pelo Engº Guterres ao criar o programa E4 que fixou tarifas de venda de energia eólica à rede, muito elevadas, superiores mesmo aos fixados em Espanha (28% a mais em 2004 e 22% mais em 2005) .

Os promotores teriam feito os mesmos projectos com preços mais baixos de venda de energia, desde que lhes fossem atribuídos os mesmos pontos de interligação, esse sim um recurso escasso

O programa E4 garantiu tarifários excessivos, atribuiu pontos de interligação sem qualquer critério e fez muito pouco para eliminar as excessivas barreiras no licenciamento.

Se isto não bastasse, o programa PRIME manteve do Programa Energia importantes apoios ao investimento, apesar de se saber, que em Espanha não existiam.

Os valores de aquisição contratados do MW, instalados e atribuídos mas por instalar, e a falta de contrapartidas industriais representam mais uma oportunidade perdida pelo governo socialista.

Em suma, o Estado desbaratou recursos e comprometeu a competitividade futura.

O sobre custo resultante do aumento da produção de energia renovável ultrapassou já em 2006 o valor das rendas pagas aos municípios

O Governo PSD-CDS introduziu uma descida de preços no Programa E4 aproximando-o do regime “fixo” espanhol, no entanto a maioria dos parques eólicos a ser construídos até 2008 ainda beneficiará das generosas tarifas do programa E4.

Convém recordar que, nos últimos

onze anos o PSD só teve responsabilidades governativas, com poder de decisão estratégica, durante dois anos e meio, o que foi claramente insignificante para dar um rumo à política energética.

Como se não bastasse este conjunto de erros também foi decidido desperdiçar a oportunidade de construção da barragem de Foz Côa.

Energia hídrica e mini-hídrica são outro caminho que deverá ser devidamente aproveitado e que continua sem qualquer desenvolvimento desde a lamentável decisão de parar o desenvolvimento em Foz Côa tomada também por um governo socialista.

Conservação e Utilização Racional de Energia também não fazem parte das preocupações deste Governo.

A intensidade energética (rácio entre o consumo de energia e o PIB) continuará a aumentar e é superior à média europeia, apesar do consumo per capita ser superior aos “standards” europeus.

Consumimos muita energia mas sem o proporcional conforto ou produtividade.

O problema não está só no lado do consumo mas principalmente do lado do PIB que é baixo face aos europeus.

Segundo dados da REN prevê-se um crescimento de consumo de energia eléctrica de 3 a 4% por ano no período 2006-2025.

Para satisfazer este aumento da procura não bastará o programa eólico em curso nem as fontes renováveis e novas tecnologias, serão necessárias mais outras soluções.

Qual o “mix” de energias renováveis definido pelo Governo cujos preços de electricidade garantam a competitividade das empresas.

E qual é a política do Governo para alterar este rumo?

Será que depois de pagos os 473 milhões de euros acumulados no final de 2007 os preços da electricidade não ultrapassarão os valores da inflação?

Claro que vão continuar a ser superiores aos valores da inflação porque não estão hoje a ser tomadas medidas de correcção.

Uma coisa temos a certeza, nos próximos dez anos, até 2018, na factura da electricidade terá mais uma parcela oculta mas a somar, a dos erros dos governos socialistas.

(...)

Intervenção sobre a “Alteração da Lei da Imigração”

Deputado Feliciano Barreiras Duarte
Assembleia da República, 19 de Dezembro de 2006

(...)

Há 41 anos e 4 dias foi aprovada aquela que veio a ser a primeira Lei da Imigração em Portugal.

O Decreto-Lei nº 46748 de 15 de Dezembro de 1965 foi a primeira das 8 Leis da Imigração que já tivemos até ao momento. Os anos de 1972, 1981, 1993, 1998, 1999, 2001 e 2003 ficaram associados a mudanças significativas no regime jurídico enquadrador da entrada, permanência e saída de estrangeiros.

Mais de 40 anos passados da aprovação da primeira Lei da Imigração discutimos hoje aqui, aquela que a ser aprovada, será a 9ª Lei da Imigração em Portugal.

40 anos depois. Com um mundo muito diferente, com uma Europa muito mais complexa e com um Portugal muito mais aberto e moderno e a necessitar cada vez mais de um choque de universalismo e de pragmatismo na abordagem do fenómeno migratório e fideis à nossa História de Povo que nunca teve medo de cruzar relacionamentos com outros Povos.

(...)

Não somos só nós a fazê-lo. A mudar a nossa Lei da Imigração. São muitos outros países. Sobretudo na Europa. Porque a Imigração está no topo das agendas políticas à escala Mundial e Europeia. Por razões diversas.

Os países concha têm os dias contados. As migrações no mundo são um dos fenómenos mais relevantes na vida dos Povos. Com impactos decisivos a vários níveis: Culturais. Políticos. Económicos. Sociais.

Estimam-se em quase 200 milhões, o número de pessoas que a nível mundial vivem fora do sítio onde nasceram. São quase 3% da população mundial. Só na Europa são 65 milhões de pessoas, e - 8% da população residente. Actualmente 75% desses quase 200 milhões de migrantes encontram-se em 12% dos Países.

Os migrantes representam uma fatia considerável na força laboral nos países da OCDE, com diferenças que tendem a esbater-se - no Japão são 1,5% da população activa, na Alemanha são 12% e na França e Austrália 25%. Nós portugueses já temos 10% da nossa população activa. E cada vez mais se sente/percebe que o emprego por conta própria / imigrante empreendedor está a ganhar terreno ao imigrante por conta própria. Mas a sua importância retira-se com base em outros

indicadores.

Por enquanto o impacto económico das remessas é cada vez maior. Portugal que o diga. O impacto das remessas dos Emigrantes Portugueses no desenvolvimento do nosso País nas últimas décadas foi extraordinariamente importante (só este ano já nos enviaram 1.689, 141 mil milhões de euros). E hoje em todo o mundo muitos países apoiam-se a par do investimento estrangeiro nas remessas dos seus migrantes para potenciar o seu desenvolvimento.

Aliás nos últimos anos o volume das remessas dos migrantes, cresceu muito: de 58 biliões de dólares em 1995 para 233 biliões de dólares em 2005.

(...)

Entende o PSD que neste debate a propósito da aprovação da “chamada” Lei da Imigração, que se deve falar não só deste diploma mas de outras matérias que reputamos de relevantes para a concretização de uma verdadeira política de Imigração.

Em primeiro lugar para nós PSD, é indispensável que quando se fale da Imigração que se tenha presente, “o outro lado da moeda”, que é a da Emigração Portuguesa. A nossa diáspora de quem nunca nos esqueceremos

Porque algumas pessoas parecem esquecer-se disso muitas vezes. Esquecem-se que nós temos quase 1/3 dos Portugueses a viverem fora de Portugal em mais e 100 Países nos quatro cantos do mundo. São quase 5 milhões de pessoas, por quem temos lutado para defender a sua efectiva integração nos países de acolhimento.

E tudo isso faz sentido porque a Emigração Portuguesa nos últimos anos voltou a crescer, estimando-se em 60 mil os Portugueses que têm saído, sobretudo para vários países da Europa.

Daí que para nós a Imigração não é um problema. É sim uma oportunidade.

E hoje na oposição, ontem no governo e no futuro no governo de Portugal de novo, continuaremos a defender o mesmo e a contribuir para pôr em prática uma verdadeira política de Imigração, assente em dois pilares:

- Rigor e humanismo nas entradas;
- Responsabilidade e humanismo na integração.



casamentos por conveniência e o agravamento da moldura penal do crime de auxílio à imigração ilegal.

Mas o PSD entende que em sede de especialidade devem ser introduzidas mais alterações.

E desde já anuncio em nome do Partido Social Democrata que iremos apresentar as seguintes propostas, para as quais esperamos acolhimento positivo:

1. Inclusão no preâmbulo ou no corpo do Diploma de uma referência à obrigatoriedade de observância do Código de Fronteiras, que contem disposições da maior relevância e grande detalhe.

2. Institucionalização da figura do **Imigrante / Empreendedor** como forma de apostar ainda mais na imigração qualificada.

3. Alterações no **Regime de Admissão** (artigo 59º) de forma a tirar a carga excessivamente negativa das chamadas “quotas” e **promovendo o envolvimento das Autarquias Locais e das Associações de Imigrantes** no processo de Admissão e gestão dos fluxos migratórios.

4. Melhoria das condições de **acesso ao apoio judiciário** por parte dos Imigrantes.

5. Alterações diversas no que diz respeito **aos menores nascidos de casamento polígamo**, ao cancelamento de autorização de residência, entre outras matérias.

A par destas propostas entendemos que se justifica que se inicie o debate para a concretização de uma nova geração de direitos e deveres dos Imigrantes assente em quatro pilares:

- Língua;
- Trabalho;
- Habitação;
- Direitos mais políticos.

Nesse sentido e em sede própria apresentaremos as iniciativas adequadas e promoveremos as diligências necessárias para que tal possa vir a acontecer no curto e médio prazo.

E afirmamos neste debate que





consideramos que chegou o momento de se questionar as matérias referentes à reciprocidade. Sabemos que em primeiro lugar é uma matéria de foro constitucional. Mas parece-nos que se justifica que se equacione ou não a sua manutenção. Parece-nos que cada vez mais – e apesar do artigo 15º da CRP – a reciprocidade é mais um problema do que uma solução. E são vários os

exemplos de que dispomos para o atestar.

Aliás sobre esta matéria da reciprocidade são cada vez mais os novos conceitos que têm surgido e que devem merecer toda a atenção. Cidadania de geometria variável, cidadania múltipla e cidadania inclusiva.

Por tudo isto,

O PSD entende estas matérias de Imigração como uma matéria de

Regime. Hoje na oposição, ontem no governo e amanhã de novo no governo, estaremos empenhados em contribuir para encontrar as melhores soluções jurídicas e políticas.

Imunes a estratégias exclusivamente partidárias. Temos uma agenda política clara para a Imigração. O que nos interessa é o País. A Imigração não é um problema. É uma oportunidade. Nem sequer os que falam mais vezes e ruidosamente têm razão do seu lado.

O “generalismo” destas matérias é tão mau como o populismo e a demagogia venham de que lado vierem.

À semelhança do fizemos com a discussão e aprovação da nossa Lei da Nacionalidade, o Partido Social Democrata está empenhado e disponível para que a nova Lei da Imigração seja o mais justa e equilibrada possível, para defender os interesses de Portugal e dos Portugueses e dos cidadãos Imigrantes que estão no nosso País.

Intervenção sobre a realidade da emigração portuguesa

Deputado José Cesário

Assembleia da República, 20 de Dezembro de 2006

Raramente as instituições políticas em Portugal se debruçam sobre a realidade da emigração portuguesa. Na prática, são cinco milhões de Portugueses que são sistematicamente esquecidos, pouco parecendo contar para o presente e o futuro do País.

Porém, a verdade, nua e crua, é que eles ainda se constituem como uma das nossas principais fontes de divisas, que possuem potencialidades políticas, culturais e sociais impressionantes, frequentemente desperdiçadas, que mantêm fortíssimas ligações às suas terras de origem, onde são importantes factores de desenvolvimento local...

Infelizmente, a própria opinião pública também não tem fugido a esta indiferença generalizada, só quebrada quando, quase sempre por iniciativa do PSD, foram atribuídos a estes nossos compatriotas direitos de participação política em eleições presidenciais e legislativas, quando foram criados o Conselho das Comunidades Portuguesas e a RTP Internacional, da iniciativa do actual Presidente do PSD, Dr. Luís Marques Mendes, ou discutidas questões sociais e de segurança que tanto têm afectado as nossas comunidades.

Porém, esta situação, que já era grave, mais se agravou com diversas decisões tomadas nos últimos meses pelo actual Governo liderado pelo Engº José Sócrates!

Ao contrário de tudo o que foi anunciado pelo Partido Socialista em campanha eleitoral, as nossas Comunidades têm vindo a ser bombardeadas por um conjunto de medidas sem precedente nem justificação:

- As contas de **poupança-emigrante** foram extintas;

- Os **passaportes** deixaram de ser emitidos nos postos consulares;

- O **porte pago** para a imprensa regional ser enviada para as nossas comunidades desapareceu;

- A **falta de pluralismo** em grande parte da comunicação social do Estado, especialmente na RTP Internacional, é escandalosa;

- Os **fluxos migratórios** dos cidadãos nacionais, que têm aumentado de forma impressionante graças à política económica do actual Governo, têm um acompanhamento consular praticamente nulo, sendo cada vez mais frequentes as situações de exploração de portugueses no estrangeiro;

- As alterações introduzidas no modelo do **ensino do Português no estrangeiro** implicaram um início caótico do presente ano lectivo, mantendo-se ainda hoje situações em que as aulas não são dadas com a necessária regularidade.

- E finalmente, acabamos de ser confrontados com o anúncio de uma proposta de **reestruturação da rede consular**, cujo objecto parece apontar exclusivamente no sentido do encerramento de 24 postos consulares da mais variada natureza.

Porém, relativamente a esta última questão, o PSD quer hoje que fique bem claro que não retira uma vírgula àquilo que nós próprios referimos quando em 23/12/2002 anunciámos uma outra reestruturação da rede consular.

Então dissemos o que hoje voltamos a repetir:

A rede consular portuguesa não pode ser estática e conservadoramente imutável, devendo adaptar-se às prioridades da nossa política externa e às necessidades das Comunidades



Portuguesas. Daí que seja permanentemente indispensável abrir e fechar postos e acima de tudo proceder a constantes medidas de modernização e de desburocratização dos mesmos.

Foi por isso que então anunciámos e promovemos diversas medidas no domínio da abertura e do encerramento de postos consulares, da informatização da rede, da emissão “on line” dos bilhetes de identidade fora do território nacional, da formação das chefias e do pessoal dos postos, do reforço dos consulados mais problemáticos, entre outras.

Tudo isto, Sras e Srs Deputados, com a oposição frontal e activa do Partido Socialista, que tudo então fez, demagogicamente, para nos impedir de levar por diante todas as importantes medidas que estavam em causa... O mesmo Partido Socialista que, agora Governo, vem apresentar uma reestruturação da rede consular

em que o que está em causa parece apenas ser o encerramento de 24 postos consulares, com sérios prejuízos para a acção externa do Estado e para as Comunidades Portuguesas.

Como a memória é curta, Senhores Deputados!

Porém, repito, a postura do PSD, nesta como em todas as matérias, será o mais construtiva possível, de oposição afirmativa e nunca destrutiva, esperando naturalmente pelas explicações que o Governo deverá brevemente dar em reunião cuja realização já requeremos na passada semana, bem como pelas alterações que decerto não deixarão de ser consideradas na proposta divulgada, em nome do bom senso que reconhecemos nas pessoas do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

Mas queremos igualmente deixar desde já bem claro que, para nós, uma reestruturação da rede consular deverá ter em conta aspectos essenciais como sejam:

- A rede de postos deverá ser um instrumento activo de desenvolvimento da nossa política externa, conjugando a **relação institucional e pessoal com toda a comunidade internacional** com acções integradas de **diplomacia económica, cultural e medidas de acompanhamento e apoio às comunidades portuguesas**;

- Não deverão ser encerrados postos importantes em cada uma destas valências, com especial ênfase, considerando o enorme aumento da emigração portuguesa nos últimos dois anos, para os **consulados que**

servem comunidades com razoável expressão;

- Devem ser identificadas as necessidades da nossa rede consular em matéria de **novas estruturas a abrir** num futuro mais ou menos próximo;

- É fundamental que seja dada continuidade à política de **modernização da rede consular** lançada nos últimos anos e que com este Governo sofreu uma significativa inversão, aumentando a burocracia e o formalismo, no sentido contrário ao que demagogicamente foi anunciado com o SIMPLEX;

- Seria desejável que desde já se previse uma relação mais directa e organicamente articulada entre os postos consulares e o **Instituto Camões**, o qual deveria estar cada vez mais ligado à área das Comunidades Portuguesas;

- As mudanças a operar deverão respeitar os legítimos **direitos e expectativas dos mais diversos funcionários** da rede consular (diplomatas, técnicos e administrativos), que com grande zelo têm ajudado a superar muitas das carências e necessidades do presente e do passado.

Assim, Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados, será nesta linha que o PSD continuará a dar os seus contributos para uma política para as comunidades portuguesas que desejamos cada vez mais activa e mais geradora de uma crescente aproximação entre todos os Portugueses, independentemente do local em que vivam.

Foi para isso que fomos eleitos ! Foi para isso que abraçamos esta causa – servir os portugueses da Diáspora ! Representá-los junto do poder político democrático em Portugal ! Trazer até aqui os seus anseios e necessidades !

A eles devemos respostas concretas ! Não simples discursos, mas respostas coerentes !

Este é um desafio enorme, não apenas para o nosso Partido mas para todos os que estão aqui representados.

Durante anos, alguns governantes e deputados abraçaram esta causa em Portugal. Muitas vezes os vimos assumir estoicamente os valores e os problemas da Diáspora mas poucas vezes estiveram devidamente acompanhados pelos diversos órgãos políticos e pela própria administração pública, que frequentemente se esquece que também tem obrigações para com os não residentes em Portugal.

Também nós já passamos por tais situações, mas nunca nos vergámos à indiferença ou à incompreensão. Lutámos, lutamos e lutaremos cada vez mais! Por isso aqui estamos! E julgo que foi por isso que ganhámos as últimas eleições legislativas na área das Comunidades Portuguesas.

E que fique bem claro que não alienaremos o mandato de que estamos investidos em nome do que quer que seja !



Para nós, primeiro está Portugal e os Portugueses, que aqui representamos!

Aqui nos bateremos para reformar o Ensino da Língua Portuguesa no estrangeiro, tentando arrastar o Governo e os restantes partidos aqui representados no sentido da adopção urgente de medidas que melhor apoiem e aproveitem o que de bom já se faz em tantas escolas da nossa Diáspora, que melhor correspondam ao interesse crescente pelo Português manifestado por tantos cidadãos de outras origens e culturas em todo o Mundo, que acabem com as discriminações chocantes no modo como Portugal trata as diferentes Comunidades.

Aqui nos bateremos por mais e melhores iniciativas de valorização e divulgação da Cultura Portuguesa, tornando-a mais visível junto dos diferentes públicos, dando absoluta prioridade aos luso-descendentes, considerados um veículo privilegiado da sua divulgação, e arrastando o Instituto Camões para uma acção mais permanente, mais eficaz, mais ligada às nossas Comunidades e menos burocrática e administrativa.

Aqui nos continuaremos a bater pela modernização dos nossos Serviços Consulares, pela sua informatização, pela maior celeridade no serviço que devem prestar, pela redução das peias burocráticas, pela sua permanente adaptação às dinâmicas das nossas comunidades e restantes fluxos migratórios, pela criação de condições para o digno exercício de funções profissionais dos diplomatas, técnicos, administrativos e restante pessoal de apoio.

Aqui lutaremos pela continuação do despertar da nossa rede diplomática para a diplomacia económica e cultural, em estreita ligação com os sectores mais dinâmicos das nossas comunidades, defendendo de forma plena os interesses geo-estratégicos de Portugal numa relação permanente entre instituições e portugueses localizados dentro e fora do nosso País.

Aqui nos bateremos igualmente pelo reforço da participação política e cívica das nossas comunidades na vida pública portuguesa e dos países de acolhimento.

Queremos comunidades

integradas, mas não acomodadas ! Precisamos de comunidades mais activas, mais interventivas, mais participativas! Para isso, todos temos de colaborar o mais activamente que pudermos no seu recenseamento, na sua mobilização para o voto e o seu despertar para a intervenção pública.

Aqui nos bateremos pelo alargamento dos direitos cívicos dos nossos compatriotas já nascidos nos países de acolhimento, procurando encontrar soluções políticas e legislativas que os aproximem mais de Portugal. Não podemos ter medo de sermos maiores e tanto maiores seremos quanto mais formos no Mundo!

(...)



Estamos nesta luta numa lógica bem construtiva! Jamais adoptaremos atitudes de oposição pela oposição, de mera contestação àquilo que o Governo e o Partido da maioria fizeram.

Tentaremos manter sempre a iniciativa e uma contribuição válida para as mais diversas questões.

Sabemos que se formos capazes de gerar consensos, melhores soluções teremos para o Povo Português !

Aqui tentaremos fazer o melhor que pudermos para, como sempre fizemos, servir Portugal e os Portugueses da Diáspora.

(...)

AGENDA PARLAMENTAR

QUINTA-FEIRA, DIA 04 DE JANEIRO DE 2007, 15:00H

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Debate sobre os 250 anos da Região Demarcada do Douro.

Projecto de Resolução n.º 139/X (PS)

(Assinala os 250 anos da Região Demarcada do Douro, e recomenda ao Governo medidas dirigidas ao desenvolvimento económico e social daquela região)

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Projecto de Resolução n.º 161/X (PSD)

(Divulgação obrigatória dos cursos, e respectivos estabelecimentos de ensino, dos licenciados no desemprego)

Projecto de Lei n.º 201/X (BE) (Introduz o ensino multilingue nos estabelecimentos públicos de educação e de ensino)

VOTAÇÕES às 18h00

SEXTA-FEIRA, DIA 05 DE JANEIRO DE 2007, 10:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Petição n.º 89/IX/2.^a (Solicitam a que se ponha termo a progressiva desertificação do Rio Mondego)

Petição n.º 140/X/1.^a (Solicitam à Assembleia da República que recomende ao Governo que corrija a orientação assumida de encerrar, no Distrito de Viseu, escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância)

Petição n.º 132/X/1.^a (Discordam da intenção do

Governo de suspender as actividades lectivas da Escola Secundária D. João de Castro, em Lisboa)

Petição n.º 93/X/1.^a (Contra a decisão do Governo em construir um novo aeroporto na OTA)

Petição n.º 84/X/1.^a (Conteúdo programático da educação sexual nas escolas)

Petição n.º 78/X/2.^a (Solicitam que sejam revogadas as medidas atentatórias da Classe Docente)

Petição n.º 60/X/1.^a (Cortes nos apoios financeiros do Estado à Companhia de Teatro "A Barraca")

Petição n.º 57/X/1.^a (Solicitam que a Assembleia da República recomende aos órgãos de soberania, às regiões autónomas, às autarquias locais, aos partidos políticos, às entidades administrativas e demais entidades socialmente relevantes que, tomando as medidas que se revelem adequadas para tal, assegurem a representatividade das pessoas com deficiência nos respectivos mecanismos de tomada de decisão, estabelecendo ainda procedimentos de avaliação e monitorização de tal representatividade, designadamente através da feitura de relatório anual sobre a matéria)

Petição n.º 56/X/1.^a (Propõem a criação de um regime especial de acesso antecipado à pensão por velhice aos 55 anos para os trabalhadores das pedreiras)

Petição n.º 159/X/2.^a (Solicitam a criação do Curso de Medicina na Universidade do Algarve)



SIS II - Parlamento aprova Relatórios Coelho sobre o prolongamento do mandato da Comissão Europeia



Na última sessão plenária do Parlamento Europeu que decorreu em Estrasburgo, foram aprovados os dois relatórios do euro-deputado português Carlos COELHO (PPE/DE) sobre uma proposta de regulamento e uma proposta de decisão relativas ao desenvolvimento da segunda geração do Sistema de Informação de Schengen (SIS II). O objectivo das propostas é de prolongar o mandato conferido pelo Conselho à Comissão, o qual expira em 31 de Dezembro deste ano. O debate contou com a

presença do Vice - Presidente da Comissão Europeia Franco Frattini.

Na sua intervenção, o Relator, o Deputado do PSD Carlos Coelho, começou por afirmar “todos sabemos que o SIS II é um instrumento importante. O Comissário Frattini acaba de o recordar. A livre circulação dentro do espaço comunitário e a ausência de fronteiras internas obrigam-nos a reforçar a segurança das fronteiras externas da União e isso só se faz com a partilha de informação entre todos os membros do espaço Schengen.”

Para o Deputado o “SIS II não é apenas uma nova geração do sistema de informação de Schengen. Podemos dizer que é um novo sistema de informação de Schengen: tem novas funções, tem novos utilizadores, importa novos dados. Para lá das questões técnicas de estarmos a construir um novo sistema há uma questão política. Essa questão política tem a ver com a ambição legítima dos novos Estados-Membros de se juntarem o mais depressa possível ao espaço Schengen. Para os novos Estados-Membros esta é uma questão essencial, a de poder ou não oferecer aos seus cidadãos a oportunidade da

livre circulação no espaço comunitário.”

Segundo Carlos Coelho para estarem no espaço Schengen “precisam de entrar no SIS. Como nós sabemos, o SIS não é condição suficiente, isto é, não basta entrar no SIS para estarmos no espaço Schengen. Há um conjunto de outros requisitos que têm de se verificar. Mas é uma condição necessária. Não podemos estar no espaço Schengen sem estar no Sistema de Informação de Schengen.

Na opinião do Relator “ a criação do SIS II tem de ser, para nós, uma prioridade e foi por isso - e o Comissário Frattini é uma testemunha privilegiada porque esteve sempre ao lado do Parlamento nesse objectivo - que nos esforçámos por concluir, na primeira leitura, a adopção da base legal do SIS II. Foi para que, por via da base jurídica, não tivéssemos um atraso maior no SIS II e quero aqui agradecer-lhe, uma vez mais, a colaboração determinante que nos deu para atingirmos esse objectivo.”

O mandato que o Conselho conferiu à Comissão para o desenvolvimento do SIS II termina

dentro de dias, no dia 31 de Dezembro de 2006. A Comissão propõe que seja prorrogado para 2007. Ora, segundo Carlos Coelho “a própria Comissão admite que só em 2008 o sistema estará operacional. Propor a prorrogação para Dezembro de 2007 é uma versão optimista.”

Sobre esta situação Carlos Coelho disse ainda “Eu gostei muito de ouvir o Senhor Vice-Presidente Frattini dizer que, em Fevereiro de 2007, vai apresentar ao Parlamento o calendário definitivo e que prevê apenas um atraso de seis a oito meses. Devo dizer que essa previsão é bem melhor do que as informações que circulavam e que nos preocupavam. Não deixa de ser um atraso, mas é um atraso bem mais confortável do que aquele que tinha sido receado. Espero que tenha razão, embora haja quem considere que podemos ter de fazer face a atrasos maiores. Em qualquer circunstância, o Senhor Comissário saberá que o Parlamento nunca abdica das suas prerrogativas de fiscalização. Queremos acompanhar a execução deste processo e, se houver atrasos, saber exactamente quais foram as razões que os determinaram.”



José Vitorino denuncia “brutais aumentos” nos transportes, que atingem 33 %



Em Faro, o vereador José Vitorino, ex-presidente da Câmara, criticou os aumentos dos transportes públicos na cidade, que classifica como “brutais”, pois “chegam a atingir os 33 por cento”.

Sustentando que se trata de agravamentos “absolutamente inaceitáveis”, o vereador independente eleito pelo PSD acusa o executivo de José Apolinário (PS) de revelar “falta de sensibilidade social e falta de visão estratégica da cidade”, pois os aumentos afectarão sobretudo as classes mais desfavorecidas.

Os aumentos, propostos pelo presidente, foram decididos em reunião de Câmara. Os bilhetes de bordo nas três linhas da cidade aumentaram de 50 para 60 cêntimos (20 por cento), os pré-comprados de 30 para 40 por cento (33 por cento) e o passe mensal de 6,23 para oito euros (28,4 por cento). Foi decidido também criar um passe para jovens e idosos, no valor de sete euros.

De acordo com o ex-presidente da Câmara, “não faz sentido somar todos os aumentos aplicados anualmente nos transportes colectivos de Lisboa e Porto entre 2002 e 2006 (da ordem dos 28,9 por cento) e aplicá-los de uma assentada em cima dos munícipes farenses”.

“Os munícipes não têm culpa de não se terem feito actualizações no ano de 2002 e seguintes por parte da Câmara de Faro, para agora serem penalizados com estes aumentos brutais”, afirma o comunicado, assinado por José Vitorino e pelos autarcas dos movimentos “Com Faro no Coração” e “Por Princípios e Valores”.

O ex-presidente justifica o não aumento durante os quatro anos em que dirigiu o município com o facto de se tratar de um serviço “socialmente relevante e fundamental tendo em conta os problemas de tráfego da cidade”. - **Lusa**

Em Portimão, Presidente de Câmara e Secretária de Estado em conflito: vereador social-democrata exige esclarecimento.

Segundo o Presidente da Câmara Municipal de Portimão, a caravana do rali Lisboa – Dakar não sai de Portimão, em direcção a África, por culpa da Secretária de Estado dos Transportes. Afirmou ainda que o desassoreamento do Rio Arade não avançou porque não foi exarado, pela Secretária de Estado, o respectivo despacho, recordando que, há 6 meses atrás, a mesma governante garantiu o avanço das obras no prazo de breves semanas.

As acusações do autarca levaram a que o Governo reagisse afirmando que o concurso foi protelado devido ao recurso apresentado por um dos concorrentes.

Segundo a Comunicação Social, fonte do IPTM afirma que duas empresas concorrentes (Rod Wilson holandesa e Irmãos Cavaco, SA) chegaram, entretanto, a um acordo para formalizar um consórcio para a realização da obra.

A serem verdadeiras as alegações dos socialistas portimonenses, a Secretária de Estado Ana Paula Vitorino faltou deliberadamente à palavra

dada e omitiu informações importantes sobre o andamento do concurso público.

Ao invés, se o Presidente da Câmara de Portimão estava ao corrente do processo, o que lhe é exigível, acusou gratuitamente um membro do Governo da Nação de faltar aos seus compromissos, numa manobra para consumo local mas que, para seu mal, extravasou esse âmbito.

A Política e a Democracia têm algumas regras basilares. As normas dos Concursos Públicos são para cumprir, independentemente dos acordos entre empresas privadas. A celeridade não se pode sobrepor à legalidade. O relacionamento institucional entre Autarquias e Governo deve ser sério, transparente e leal, sem prejuízo da defesa vigorosa dos interesses dos cidadãos.

Assim, em conformidade com o exposto, pedirei ao Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República que, através de requerimento, solicite à Sra. Secretária de Estado dos Transportes todos os esclarecimentos referentes ao desassoreamento do Rio Arade. - **João Amado, Vereador da Câmara Municipal de Portimão, eleito pelo PSD**



Notícias de Aveiro

Férias na Casa – Natal 06 “Natal.Cool”, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro e Concertos de Natal

Decorreu nos últimos dias do ano passado, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro, as «Férias na Casa – Natal 06 “Natal.Cool”.»

“natal.cool” arrancou dia 18 de Dezembro e participam 16 jovens com mais de oito anos de idade. Hoje à tarde os inscritos participam no atelier de pintura em cerâmica e madeira; amanhã, dia 21 de Dezembro, da parte da manhã, houve um atelier de acessórios em pano cru, e à tarde, as férias terminaram com diversos ateliers relacionados com trabalhos alusivos ao Natal, como por exemplo, postais.

Os jovens já tiveram aulas de capoeira, de hip hop, projecção de filme, participaram em diversas dinâmicas de grupo e puderam usufruir de alguns jogos de mesa. Através desta iniciativa, a autarquia pretende ocupar os tempos livres dos jovens com actividades de carácter lúdico e pedagógico.

Também teve lugar o Concerto de Ano Novo e Reis no dia 1 de Janeiro de 2007, pelas 18.00 horas, no Teatro Aveirense. O tradicional Concerto de Ano Novo e Reis é apresentado pela Orquestra Filarmonia das Beiras, sob a direcção do Maestro António Vassalo Lourenço. Na primeira parte do programa foram interpretados excertos do bailado “O Lago dos Cisnes” de Tchaikovsky. A segunda parte foi preenchida com Valsas e Polcas de Johann Strauss, tão características e apropriadas para esta quadra.

A Orquestra Filarmonia das Beiras nasceu em 1997 e, desde então, realizou mais de 500 concertos afirmando-se como uma instituição de reconhecida importância, na região em que se insere. A Orquestra é tutelada pela Associação Musical das Beiras, uma instituição cultural, sem fins lucrativos, fundada em 1995 e formada por um conjunto de diversas entidades que, juntamente com o Ministério da Cultura, têm apoiado a actividade regular da Orquestra.

A Associação Musical das Beiras tem como missão promover e desenvolver a cultura musical, através de acções de captação, formação e fidelização de públicos e do apoio na formação profissionalizante de jovens músicos. O seu principal objectivo é a democratização e descentralização cultural, estando ao dispor da população, sobretudo da região em que se insere.

Neste enquadramento, a Orquestra Filarmonia das Beiras tem participado nos principais festivais de música do país e no estrangeiro, sendo regularmente dirigida por alguns maestros estrangeiros e pelos mais conceituados maestros em actividade em Portugal.

Ao mesmo tempo que colaborando com músicos de grande prestígio nacional e internacional, e tem procurado dar oportunidade à nova geração de músicos portugueses, sejam eles maestros, instrumentistas ou cantores. A sua actuação tem-se pautado pela vontade de proporcionar novas experiências artísticas ao público a quem tem levado à abordagem de outras áreas musicais como a música para filmes ou teatro musical, ou a colaboração com diversos artistas de diferentes áreas musicais.

A Direcção Artística da Orquestra Filarmonia das Beiras está desde 1999 a cargo do Maestro Vassalo Lourenço, que dirige ainda o Coro Regina Coeli



desde 1983 e é responsável pelas classes de Coro e Direcção da Universidade de Aveiro desde 1997 e Maestro Adjunto da Orquestra Sinfonietta de Lisboa desde 1995. Com estes grupos tem dado particular atenção à música portuguesa, tendo realizado diversas estreias, primeiras audições modernas, e gravações de obras de compositores portugueses.

Serviços Municipalizados de Aveiro implementam o serviço “Conta Certa”

O serviço “Conta Certa” será implementado a partir de Janeiro de 2007, pelos Serviços Municipalizados de Aveiro, visando constituir um serviço cómodo e fácil para o cliente.

O serviço “Conta Certa” consiste no pagamento por transferência bancária com base numa mensalidade fixa acordada entre o cliente e os Serviços Municipalizados de Aveiro. Este valor é determinado com base no histórico de consumos do cliente, que será o mesmo durante 11 meses. No 12º mês recebe uma factura detalhada com os valores já pagos e os consumos efectuados, fazendo-se o acerto de contas.

Para uma maior comodidade e simplicidade, o pagamento será efectuado através do sistema de débito directo. Depois de aderir, o cliente recebe o acordo de “Conta Certa”. Para obter mais informações pode ligar para 234 400 131 ou deslocar-se à sede dos serviços na Avenida Adelino Amaro da Costa, Forca-Vouga, freguesia da Vera-Cruz. - **CM- Aveiro**



PSD exige esclarecimentos sobre investigação da PJ à Polícia Municipal

O PSD exigiu ao presidente da Câmara de Braga (PS) “um esclarecimento cabal” sobre as razões que levaram na semana passada a Polícia Judiciária a realizar buscas nas instalações da Polícia Municipal, por suspeitas de irregularidades.

A Polícia Judiciária (PJ) esteve na passada sexta-feira nas instalações da Polícia Municipal de Braga a investigar um alegado desvio de fundos, provenientes de multas, e a tentar determinar qual o envolvimento dos seus responsáveis nos trâmites das multas.

Em conferência de imprensa, no final da reunião do executivo de hoje, o líder da coligação PSD/CDS na autarquia de Braga, Ricardo Rio, disse ter perguntado ao presidente da Câmara, Mesquita Machado, “qual o valor global das multas” alegadamente envolvidas na fuga ao envio de verbas para a Direcção-Geral de Viação, que está a ser investigada pela PJ.

Momentos depois, em declarações aos jornalistas, Mesquita Machado desvalorizou a investigação, reafirmando que a Câmara dará toda a colaboração à polícia.

O autarca socialista escusou-se a tecer mais comentários.

Apesar do silêncio de Mesquita Machado, Ricardo Rio insistiu na necessidade de o município bracarense explicar “se retém ou não independentemente verbas relativas a multas”, e, em caso afirmativo, “como se processa, contabilisticamente, essa retenção”.

A oposição pretende saber se “as verbas retidas são mantidas em caixa ou depositadas nalguma conta bancária”, e, perante última hipótese, pergunta “quem movimenta tal conta?”.

O PS questiona ainda “se as eventuais retenções indevidas se devem a um problema informático” e interroga “porquê e para quê há um assessor do gabinete da presidência, Valdemar Peixoto, na Polícia Municipal?”.

As questões da oposição passam também pela alegada existência de processos de contra-ordenação, que não são cobrados pela Polícia Municipal e qual o seu montante.

“Fazemos votos para que a PJ faça o seu trabalho de forma eficiente e célere e não aconteça o mesmo que sucedeu a uma denúncia feita pelo vereador do CDS, Miguel Brito, cujas investigações, a cargo da PJ/Porto estão aparentemente paradas há seis

anos”, declarou Ricardo Rio.

A PJ detectou, além da eventual fuga de verbas devidas ao Estado, cujo montante se desconhece, irregularidades nas coimas passadas pelos serviços de fiscalização, que não seriam cumpridas.

O valor das multas de trânsito passadas aos automobilistas, alguns milhares mensalmente, destina-se aos cofres municipais, havendo uma percentagem que é enviada, nos termos da lei, para a Direcção-Geral de Viação, o que só aconteceria parcialmente.

A investigação em curso envolve também alegados procedimentos irregulares com o sector de fiscalização da Polícia Municipal, nomeadamente a não-cobrança propositada de contra-ordenações passadas, entre outros, a estabelecimentos comerciais. – PL, Lusa

Vereadores do PSD atentos a vários problemas do Concelho

Para lá das questões e propostas que formularam na última reunião do Executivo Municipal de 2006 que já foram reveladas em Conferência de Imprensa, os Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Braga dirigiram ao Presidente da Autarquia um conjunto de questões sobre outras matérias de relevo para os Bracarenses de que agora vêm também dar nota pública.

Assim, para lá das dúvidas em torno das investigações da Polícia Judiciária, dos reparos aos atrasos da Carta Educativa Concelhia e das propostas de realização nas Freguesias das reuniões públicas do Executivo e de disponibilização na Internet das Actas das respectivas reuniões (ambas tristemente rejeitadas pela maioria socialista), foram também abordados os seguintes assuntos:

1) Câmara aguarda “comunicação escrita” para fiscalizar nova Sucata que cresce em Tebosa

Através do Gabinete da Vereação -que continua a funcionar na Autarquia, todas as Segundas e Quartas-feiras, das 11:00 às 12:30 horas- foram os Vereadores do PSD alertados para o facto de estar a crescer, de há um ano a esta parte, uma nova sucata na Freguesia de Tebosa, no Lugar de Linhares, junto ao Museu

dos Cordofones, voltada para a E.N. 14, junto a um aglomerado de habitações e, eventualmente, em plena Reserva Agrícola Nacional.

Ora, quando questionado sobre esta matéria, o Presidente da Câmara disse desconhecer o assunto, tendo a Vereadora com o Pelouro do Ambiente assegurado que foi contactada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Tebosa há cerca de uma semana, solicitando a intervenção da Câmara Municipal.

Todavia, a Vereadora terá transmitido ao Autarca para comunicar essa preocupação por escrito, de forma a que então pudesse accionar os serviços de fiscalização municipal, “desconhecendo se tal correspondência já chegara ao seu gabinete”.

Estranhando a necessidade de tal tramitação, os Vereadores do PSD formulam votos de que quaisquer contra-ordenações que venham a ser aplicadas não sejam perdoadas, nem venham a prescrever por esquecimento numa qualquer gaveta da Praça do Município...

Ainda a este propósito, ficou-se a saber que pouco ou nada se alterou relativamente ao Parque de Sucatas de Sobreposta ao longo dos últimos meses: os interessados continuam a elaborar os seus projectos que, por sua vez, ainda carecerão de autorização de diversos organismos públicos.

2) Braga não deve ter nova Pousada de Juventude: interpelado pelos Vereadores do PSD quanto a eventuais novidades sobre o projecto de criação de uma nova Pousada de Juventude no Concelho – projecto este que tem contado com todo o apoio do PSD e da JSD locais -, atendendo aos diversos projectos em curso a nível nacional, o Eng. Mesquita Machado assegurou que tudo se mantinha na mesma.

Na prática, a Câmara disponibilizou o Convento de S. Francisco (em Real), para a instalação dessa nova Pousada mas não obteve qualquer resposta do Governo até ao momento.

Perante esta indefinição, o Presidente da Câmara assegurou que o prazo limite para obter tal resposta é o final do ano de 2007, altura em que tomará a iniciativa de estudar outro destino para esse espaço.

Quanto a uma nova Pousada da Juventude em Braga, o Presidente da Autarquia disse ainda “estar em crer que, após as obras realizadas pelo Estado nas instalações da Rua de Santa Margarida, talvez não haja vontade

para criar uma nova Pousada de Juventude no Concelho”.

3) Mesquita Machado assegura que falar de “Sem-Abrigo” em Braga é “pura fantasia”

“Em Braga, só é sem-abrigo quem quer e mesmo esses podem contar-se pelos dedos de uma mão!”

Foi assim que o Presidente da Autarquia respondeu à questão dos Vereadores do PSD quanto às iniciativas que a Autarquia desenvolvera para atender a esta problemática social, nomeadamente perante as condições climáticas extremamente adversas que se têm verificado ao longo das últimas semanas.

Conscientes das limitações das respostas já existentes no Concelho sobre esta matéria, os Vereadores do PSD irão desenvolver algumas diligências de que darão eco público no início do mês de Janeiro próximo.

4) Vereadores do PSD lamentam ficção de Mensagens de Natal

Se a mensagem de Natal do Primeiro-Ministro foi amplamente criticada por falar de um país que pouco se assemelha com o Portugal actual e com as dificuldades que se deparam às famílias portuguesas, o Eng. Mesquita Machado versou o Portugal real (onde há “(...) um momento menos favorável do ciclo económico, que afecta os mais desfavorecidos e que se repercute sobremaneira em concidadãos sacrificados pelo desinvestimento financeiro, (...)...que esses concidadãos mais precisam dos poderes instituídos, de um apoio que os ajude a vencer as dificuldades do desemprego e da consequente insuficiência financeira (...)), mas parecia vestir um fato que não lhe serve na mensagem que dirigiu aos Bracarenses enquanto Presidente da Autarquia.

De facto, assumir o desiderato da “atração de investimento criador de riqueza e empregos” soa, na boca do actual Presidente da Câmara a uma total hipocrisia e a uma manifesta incoerência com a prática corrente da sua gestão de há muitos anos a esta parte.

Ainda assim, em plena quadra festiva, os Vereadores do PSD conferiram ao Autarca Socialista um último benefício da dúvida, na expectativa de que tais proclamadas intenções traduzam uma maior atenção do Presidente da Câmara aos seus constantes reparos e sugestões, bem como o seu correspondente acolhimento, a bem dos Bracarenses.

Nesta matéria, parece consensual

que a Câmara tem que ultrapassar a fase da total passividade-inacção para a busca da anunciada solidariedade-acção ou, o que já seria positivo, para a demonstração de uma acção efectiva qualquer...

Podem os Bracarenses confiar que é isso que procuraremos ajudar o Senhor Presidente da Câmara a fazer nos três anos remanescentes daquele que assegurou ser o seu último mandato à frente desta Autarquia. - **Os Vereadores do Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Braga**

Vereadores da Coligação apoiada pelo PSD preocupados com o apoio às colectividades

Tendo como pano de fundo as diversas iniciativas já realizadas pelos Vereadores da Coligação “Juntos por

Braga” (PSD/CDS/PPM) tendo em vista a generalização dos apoios financeiros da Câmara Municipal às colectividades que promovem a formação desportiva de jovens atletas, entenderam estes Autarcas endereçar uma missiva a todas as colectividades que desenvolvem esta actividade e que não celebram regularmente Contratos-Programa com a Autarquia.

Desta feita, vêm os Vereadores do PSD e CDS alertar estas colectividades para o facto de ter sido contornado o argumento que vinha sendo recentemente utilizado pelo Presidente da Câmara Municipal e pela Vereadora do Desporto para impedir a celebração de novos Contratos-Programa, qual seja, a existência de uma cláusula na proposta de Lei de Bases do Sistema Desportivo que restringia a atribuição

de apoios financeiros públicos às entidades que tivessem Estatuto de Utilidade Pública.

Uma vez que os Deputados dos Partidos da Oposição, nomeadamente o PSD, conseguiram que esta cláusula fosse suprimida da versão da Lei já aprovada na especialidade no Parlamento, não restam mais argumentos à Autarquia Bracarense que não seja a vontade de seguir uma política discricionária e discriminatória da esmagadora maioria dos clubes, de diversas Freguesias, de várias modalidades, que desenvolvem a relevante actividade da formação desportiva, humana e social de milhares de jovens Bracarenses.

Daí que, na carta cujo modelo se remete em anexo, seja sugerido aos responsáveis de todas essas colectividades que assumam uma

postura reivindicativa e que se dirijam ao Executivo Municipal para propor a celebração de um Contrato-Programa para a época em curso, de valor indexado ao número de jovens abrangido pela formação desportiva que ministram e proporcionam, desiderato para o qual os Vereadores da Coligação expressam desde já o seu compromisso de aprovação de tal proposta e a sua total disponibilidade para apoiar os Clubes na elaboração da mesma.

Na óptica dos Autarcas da Coligação, estes apoios podem ser uma ajuda preciosa à melhoria das condições de prática desportiva destes atletas, à sua maior segurança no transporte e ao fomento de iniciativas que melhor potenciem o seu desenvolvimento pessoal e social. - **Os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga”**

Notícias do Porto

Subsídios pecuniários da Câmara acabaram no fim do ano de 2006

A Câmara do Porto deixou, no fim do ano passado, de atribuir subsídios pecuniários a fundo perdido, uma medida inédita que gerou protestos dos “suspeitos do costume” – subsídio-dependentes e oposição.

A decisão foi tomada pelo presidente da autarquia, Rui Rio, num despacho divulgado no site da câmara.

Rui Rio excluiu do corte os compromissos já assumidos, verbalmente ou por escrito, as transferências para as empresas e entidades participadas da autarquia e juntas de freguesia, bem “como situações altamente excepcionais de carácter exclusivamente social, que deverão ser alvo de análise casuística”.

No documento, o autarca justificou esta medida com a necessidade de pôr cobro a “um preocupante fenómeno de desajustada subsídio-dependência” que, em sua opinião, tem vindo a acentuar-se na sociedade portuguesa.

“Esta perversa cultura de mão estendida para os orçamentos públicos atingiu um tal ponto que há, inclusive, quem recorra ao tribunal no sentido de que lhe seja reconhecido o direito ao subsídio”, pode ler-se no despacho.

Rui Rio referia-se ao anúncio do Teatro Art’Imagem de que iria processar a Câmara do Porto para exigir, através do tribunal, o pagamento de um subsídio, alvo de um protocolo entretanto chumbado em sessão camarária.



No dia seguinte, à margem de uma conferência da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, em Lisboa, Rui Rio classificou o corte de subsídios como “um exemplo positivo para o país”.

Excepção a este “coro” de críticas foi a posição assumida pelo director do festival de cinema Fantasporto, Mário Dorminsky, que, em declarações à Lusa, desvalorizou o corte de subsídios anunciado pela Câmara do Porto.

“Não temos razão de queixa. O que está acordado com a Câmara do Porto é a assinatura de um protocolo anual de 30 mil euros até ao fim do mandato e a cedência do [Teatro] Rivoli sem custos em 2007”, disse

Dorminsky.

A partir de segunda-feira, a Câmara do Porto mantém a intenção de apoiar iniciativas que lhe sejam propostas, mas apenas através da cedência de espaços, equipamentos, pessoal e materiais de promoção, sem qualquer montante em dinheiro.

Face ao corte de verbas e à cláusula imposta pela Câmara do Porto para atribuir apoios não pecuniários, alguns promotores culturais já admitiram transferir os seus eventos para outras cidades.

Contactados pela Lusa, os vereadores da Cultura das câmaras de Matosinhos, Fernando Rocha, e Gaia, manifestaram abertura para acolher eventos de estruturas

culturais de qualquer ponto do país, incluindo o Porto, mas alertaram para a escassez nos seus concelhos de equipamentos de grande capacidade.

“Estamos abertos a propostas, mas à luz dos equipamentos que temos. Não temos coliseus, rivolis nem sás da bandeira. Não temos grandes auditórios. Os 27 que temos têm em média 350 lugares”.

Fernando Rocha afirmou que a Câmara de Matosinhos está interessada em projectos na área do teatro, mas só dentro de dois anos, quando estiver concluída a reconstrução do Cine-Teatro Constantino Nery.

– Fonte: Lusa

Primeiros participantes portugueses no Rali Dakar homenageados

O presidente da autarquia lisboeta, Carmona Rodrigues, propôs ao Conselho da Medalha Municipal a atribuição desta distinção aos primeiros pilotos portugueses a participar numa edição do mítico Rali Dakar, entre eles três senhoras. O anúncio foi feito durante a cerimónia de recepção aos pilotos que decorreu nos Paços do Concelho.

Os pilotos José Megre, Pedro Cortez e Diogo Amado, co-pilotados por Manuel Romão, Joaquim Miranda e Pedro Villas Boas respectivamente, foram os pioneiros portugueses em termos de participações nacionais no Dakar, corria o ano de 1982. Entre as senhoras, a piloto Teresa Cupertino de Miranda e a sua co-piloto Berta Assunção foram as primeiras representantes portuguesas do sexo feminino a desbravar caminho para outras pilotos como Joana Lemos, que correu pela primeira vez em 1997, tornando-se na primeira portuguesa a ganhar a taça das senhoras e a participante mais jovem a ganhar esse troféu, marca que ainda hoje se mantém na sua posse.

“Se hoje estamos aqui também a eles se deve uma quota-parte dessa responsabilidade”, afirmou Carmona Rodrigues, que considerou os participantes desta competição como “o equivalente moderno daqueles que, há centenas de anos, se lançaram na aventura de conhecer e dar a conhecer o mundo”.

O presidente da autarquia salientou a “crucial” importância e o relevo que uma prova desta envergadura tem para a cidade, projectando a sua imagem e a do país a nível internacional. “Esta é “uma prova de reconhecimento da capacidade dos portugueses estarem à altura de aceitarem grandes desafios, como já ficou bem provado na edição do ano passado”, acrescentou



Carmona Rodrigues.

O director da Amaury Sport Organisation (A.S.O.), Etienne Lavigne, responsável pela organização do rali, fez questão de agradecer mais uma vez a hospitalidade e a recepção calorosa dos portugueses a todos os participantes, prometendo voltar para o ano para a 30ª edição do rali em 2008, que terá novamente Lisboa como ponto de partida.

Na cerimónia marcaram ainda presença João Lagos da João Lagos Sport e um representante do Provedor da Santa Casa da Misericórdia, patrocinador principal da prova.

Promoção turística da Avenida da Liberdade marca os 440 anos da freguesia de S. José

A freguesia lisboeta de São José assinala, em 2007, 440 anos de vida, com iniciativas de promoção turística, como concertos de jazz na Praça da Alegria, teatro e desfiles de moda na Avenida da Liberdade.

“Queremos fazer tudo para que a Avenida da Liberdade esteja ao nível das melhores da Europa, como os

Campos Elísios [em Paris] ou o Passeio da Castelhana [em Madrid]”, disse à Lusa o presidente da Junta de Freguesia de São José, João Mesquita (PSD).

De acordo com o autarca, a atracção de turistas é uma das principais preocupações do programa de comemorações dos 440 anos da freguesia, uma das mais antigas da capital, que serão assinaladas entre 19 de Março e 20 de Novembro de 2007.

A “Avenida em Agosto” é uma das iniciativas previstas, com um programa de animação de rua que inclui teatro, concertos e desfiles de moda na Avenida da Liberdade.

O evento deverá ainda incluir concertos rock, em colaboração com o Hard Rock Café, instalado no antigo Cinema Condes.

Depois da recuperação da Praça da Alegria, que deverá estar concluída no próximo ano, a Junta de Freguesia quer promover concertos de jazz naquele espaço, em parceria com o Hot Clube.

“Para assinalar os 100 anos sobre a morte de Alfredo Keil queremos fazer o lançamento de um livro de 1907, com gravuras e poesia do

autor”, anunciou o presidente da Junta de Freguesia.

O programa das actividades será ainda apresentado ao vereador da Cultura na Câmara de Lisboa, Amaral Lopes (PSD), e à empresa municipal de gestão de equipamentos e animação cultural, Egeac.

A junta de freguesia quer ainda publicar em revistas de companhias áreas, anúncios de promoção turística da Avenida da Liberdade, em várias línguas.

O presidente da Junta de Freguesia pretende “aproveitar a requalificação da Baixa” para revitalizar a Avenida da Liberdade, tirando partido “dos poucos percursos pedonais da cidade” que ligam aquelas duas zonas da capital.

“Com uma avenida animada e com gente cria-se mais segurança e isso vai ajudar a quebrar a solidão dos mais idosos”, sustentou João Mesquita.

Este ano será igualmente inaugurado o Centro Social de São José, de prestação de cuidados de saúde à população mais desfavorecida, que resulta de uma parceria entre a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e a Cruz Vermelha.





Notícias de Ovar

Posições dos vereadores eleitos pelo PSD, denunciam erros da Câmara e do Governo socialista

Na última reunião da Câmara, antes do fim do ano, os vereadores do PSD, marcaram a posição seguinte:

Na sequência da carta que a Câmara Municipal de Ovar enviou a todos os municípios sobre a ameaça de execução fiscal de dívidas em atraso ou usos fraudulentos de ligações de água e saneamento, assim como, o montante dessa dívida que atinge um valor superior a 1 milhão de euros (tal como foi afirmado pelo Vice-Presidente da CM Ovar na Assembleia Municipal), os Vereadores do PSD recomendam:

1. Que seja feito um apuramento rigoroso das responsabilidades técnicas e políticas por quem deixou chegar a situação a este ponto, nomeadamente, de todos os anteriores Conselhos de Administração dos SMAS;

2. Que seja feita uma monitorização regular da evolução do pagamento da dívida dos municípios em falta para com as suas obrigações e que essa informação seja prestada periodicamente (trimestral ou semestralmente) aos órgãos autárquicos Câmara e Assembleia Municipais.

No dia 5 de Janeiro: o PSD, o Ministério da Saúde e Ovar

Nunca como agora o Concelho de Ovar foi tão fortemente prejudicado e negativamente discriminado pelo Ministério da Saúde e por um Governo socialista.



Em 1999, foi uma Ministra de um governo socialista que decretou o encerramento da Maternidade do Hospital de Ovar.

Mais recentemente, foi a paragem da obra da extensão de Saúde de S. João de Ovar, por falta de pagamento ao empreiteiro pela Administração Regional de Saúde de Aveiro. Facto que foi denunciado pelo PSD de Ovar em conferência de imprensa.

A isto, acresce a quebra de um compromisso eleitoral assumido para a construção das Unidades de Saúde de Maceda e Válega que, como foi referido publicamente, já não serão para avançar.

A ameaça sobre o encerramento do Serviço de Urgência do Hospital de Ovar paira no ar e o actual Ministro da Saúde já afirmou que 2007 será um ano de muitos conflitos nesta área, o que não faz antever boas notícias no domínio da Saúde.

Agora foi a "gota de água que fez transbordar o copo": já é publicamente dado como facto consumado o encerramento da Pediatria do Hospital de Ovar, um serviço que realiza um óptimo serviço público e atende, em média 33



crianças por dia, incluindo o respectivo serviço de internamento.

É inconcebível que sejam razões de ordem economicista as mais preponderantes para a tomada da decisão ministerial.

É inconcebível que o Concelho de Ovar continue a ser prejudicado por sucessivos governos socialistas, depois do último governo de maioria social-democrata ter realizado um avultado investimento de 1,2 milhões de euros na criação de um novo e moderno sistema de radiologia no Hospital de Ovar.

É inconcebível a passividade, a cumplicidade e a falta de vontade política do Presidente socialista da Câmara Municipal de Ovar em reivindicar um maior respeito e consideração por parte do governo do seu próprio partido.

É inconcebível que o Concelho de Ovar continue a ser prejudicado e penalizado com o encerramento de serviços públicos que o Estado tem a obrigação de assegurar a todos os cidadãos, principalmente, aqueles que têm maiores dificuldades económicas.

É inconcebível que o Concelho de Ovar que regista a segunda maior taxa de desemprego do distrito de Aveiro, com mais de 3.200 desempregados, é precisamente aquele que sofre mais com o autoritarismo cego e discriminatório de um governo que meteu o "social" na gaveta.

O PSD de Ovar considera que basta de discriminação.

O PSD de Ovar considera que basta de prejudicar mais o nosso concelho.

O PSD de Ovar considera que basta de indiferença e incapacidade autárquica.

E, como diz o sábio ditado popular "para grandes males, grandes remédios", o PSD DE OVAR EXIGE A IMEDIATA DEMISSÃO DO MINISTRO DA SAÚDE. -CPS/PSD- Ovar

Gestão de veículos em fim-de-vida

Embora se encontre devidamente contemplada na legislação nacional a responsabilidade dos proprietários encaminharem os veículos em fim de vida (VFV) para locais adequados, onde possam ser tratados de forma ambientalmente correcta, continua a verificar-se no nosso País o abandono de cerca de 15.000 veículos/ano na via pública.

Esta situação leva a que as autarquias sejam recorrentemente obrigadas a substituir-se aos proprietários procedendo à sua recolha, armazenamento temporário e encaminhamento para tratamento final.

Esta actividade encontra-se enquadrada em inúmeros diplomas legais de

distintos objectos e âmbitos, o que dificulta a sua execução e que até motivou a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Valorcar - entidade licenciada pelo Governo para assegurar o funcionamento do Sistema Integrado de Gestão dos Veículos em Fim de Vida, nos termos do Decreto-Lei nº 196/2003, de 23 de Agosto – a elaborar um guia com um esquema simplificado dos procedimentos a adoptar pelas Câmaras Municipais, de modo a contribuir para a melhoria do

conhecimento existente sobre esta matéria.

Atentos ao problema ambiental, urbano e até de saúde pública de que se reveste o abandono de veículos em fim de vida, e conscientes das responsabilidades das câmaras municipais e, em particular, da Câmara Municipal de Ovar no que diz respeito à gestão de veículos abandonados, os Vereadores do PSD estão muito preocupados com a situação em que se encontra no estaleiro da autarquia, no lugar da

Marinha, em Ovar.

Assim, gostaríamos de questionar o executivo em regime de permanência sobre os seguintes aspectos:

- Quantos VFV estão depositados nos estaleiros da CM Ovar, no lugar da Marinha?

- Estão garantidas as condições ambientais mínimas de segurança e saúde pública nestes espaços, uma vez que do ponto de vista visual panorama é degradante?

- Os locais onde estão depositados os VFV estão devidamente impermeabilizados, de modo a não permitirem a infiltração de óleos e combustíveis destes veículos para os lençóis freáticos muito frequentes nesta zona da cidade de Ovar?

- Quanto tempo mais é que as dezenas de veículos ali depositados vão permanecer neste espaço que, nos parece, não ter as condições mínimas do ponto de vista ambiental e de saúde pública? - **Deputados PSD/Ovar**

Notícias da Distrital do Porto

Visita de Deputados do círculo do Porto ao Concelho de Valongo

Os Deputados do PSD eleitos pelo círculo do Porto têm realizado todos os meses visitas aos vários concelhos do distrito, assim como a diferentes instituições e entidades, com o objectivo de avaliar as dificuldades existentes em cada caso e permitir a definição de formas de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. No cumprimento desse plano de visitas regulares o Grupo de Deputados deslocou-se no final do ano passado, ao Concelho de Valongo, onde reuniu com executivo da autarquia liderado pelo seu Presidente, Dr. Fernando Melo, e visitou o IC24.

Ao longo da visita, o grupo de parlamentares deparou-se com sérios problemas que o concelho enfrenta, acima de tudo a nível de acessibilidades, que se vêm reflectindo no desenvolvimento e na competitividade da região de Valongo.

Situado na zona limítrofe do distrito do Porto, o concelho de Valongo tem, nos últimos anos, registado um claro fortalecimento do tecido industrial e comercial, que se reflecte necessariamente na fixação de empresas e empregos, aumentando a sua atractividade e a qualidade de vida dos habitantes. No entanto, esta dinâmica positiva enfrenta sérios obstáculos, sendo as acessibilidades um dos mais preocupantes, já que condicionam decisivamente a vinda de determinados agentes económicos para a região.

Projectos estruturantes como a conclusão do IC24 no lanço entre Alfena e Picoto (Espinho), previsto na obra da concessão Douro Litoral, o adiamento da supressão da última passagem de nível do concelho, em Ermesinde, assim como o impasse da expansão da rede do Metro do Porto são apenas alguns exemplos de investimentos públicos actualmente “congelados” e que exigem do Governo uma resposta célere e



eficaz.

Desde logo, não podemos deixar de salientar o facto de que o eterno adiamento da adjudicação da concessão Douro Litoral (que, segundo informações do Governo, deveria ter acontecido em Setembro/Outubro passado) impossibilita a conclusão por parte do Município do Plano de Urbanização da zona industrial de Campo, o que, na prática, se reflectiu já no recuo de várias empresas estrangeiras que pretendiam vir a operar na região.

De igual modo, o princípio de igualdade de oportunidades entre concelhos é claramente posto em causa no que concerne à expansão da rede do Metro do Porto. Com estudos que se prolongam desde 1999, a Câmara tem já os canais reservados para a construção desta linha, no entanto, não há qualquer sinal por parte do Governo de que uma estratégia nesta matéria vá ser definida para Valongo nos próximos tempos.

São inúmeras as situações que, através de uma atitude mais responsável e consciente por parte da administração central, poderiam fazer uma enorme diferença no bem-estar destas populações. Contudo, a posição do Governo é, nestas questões como noutras, de sucessivos arrastamentos e adiamentos, ignorando os efeitos negativos que a sua inacção tem nas vidas dos concelhos e dos seus habitantes.

A visita terminou com uma Conferência de Imprensa na sede do PSD, em Ermesinde, com declarações do Coordenador dos Deputados do PSD/Porto, Jorge Costa, assim como do presidente da Câmara Municipal de Valongo, Fernando Melo, à qual se seguiram reuniões da Comissão Política Distrital Permanente e Alargada nesta mesma cidade. – **CPD/Porto**



Conselheiros das Comunidades Portuguesas

Reestruturação consular sim, liquidação consular não!

Reunidos em reunião extraordinária no Consulado de Portugal em Nogent-sur-Marne, no dia 6 de Janeiro de 2007, os Conselheiros das Comunidades Portuguesas eleitos em França, consideraram inaceitável o actual projecto do Governo de encerramento dos postos Consulares em Nogent, Versailles, Lille, Orléans, Tours e Toulouse.

Os Conselheiros de França continuam favoráveis a uma reestruturação consular que salvaguarde os reais interesses de Portugal e da Comunidade, e por isso, reafirmam a sua total oposição ao actual projecto de Governo de liquidação consular.

Os conselheiros de França reafirmam a sua total disponibilidade para discutir com o Governo, duma proposta de reestruturação consular que abranja e contemple problemáticas, tais como a abertura de concurso para funcionários, uma nova dimensão dos postos de chefia, a qualidade dos serviços, a articulação entre os diversos postos consulares, a informatização dos Consulados, a centralização de dados, as acções de promoção cultural e económica, as relações com os serviços de ensino, o ICEP, o Instituto Camões, os reforços dos serviços de apoio social, jurídico e de traduções e o reforço do apoio às associações e de formação dos seus dirigentes.

Será a partir deste quadro que os Conselheiros de França concordarão com o princípio duma rede de cinco Consulados-Gerais em França: Paris, Estrasburgo, Bordéus, Lyon e Marselha. Estes cinco Consulados-Gerais responderiam a uma dupla missão de extensão da política externa portuguesa e de atendimento qualitativo da Comunidade que passaria por uma centralização e reforço dos serviços de apoio social, jurídico e de tradução, o reforço do apoio às associações e de formação dos seus dirigentes...

Esses cinco Consulados-Gerais deveriam ser prolongados por um serviço de atendimento consular de proximidade e em rede. Essa extensão seria efectiva, não pela abertura ou manutenção de Consulados Honorários, mas através da existência de estruturas consulares satélites, com Vice-Cónsules.

Este quadro pressupõe a conservação das actuais estruturas consulares e a abertura de outras:

O Consulado-Geral de Paris supervisionaria as estruturas consulares de Nogent, Versalhes,

Lille, Orléans, Tours, Nantes, Rouen e uma outra em Reims.

O Consulado-Geral de Estrasburgo supervisionaria a estrutura consular em Nancy.

O Consulado-Geral de Lyon supervisionaria a estrutura consular de Clermont-Ferrand e uma outra em Dijon.

O Consulado-Geral de Marselha continuaria a supervisionar a estrutura consular da Córsega.

O Consulado-Geral de Bordéus supervisionaria a estrutura consular de Toulouse e uma outra em Pau.

Tal como o Governo, os Conselheiros de França também estão interessados em encontrar receitas que permitam uma melhor sustentação da rede consular. As actuais propostas de poupanças ou de alienação de Património do Estado, feitas pelo Governo, parecem-nos inadequadas. Desta forma, sugerimos ao Governo que altere a actual regra de financiamento do Fundo de Relações Internacionais (FRI) e que a totalidade das receitas dos emolumentos consulares revertam para o Orçamento de Estado e sejam ventiladas de forma a reforçar as capacidades orçamentais, e por conseguinte, de acção, da rede consular.

Para além da realização da reunião extraordinária do CCP-França, durante o fim-de-semana, os Conselheiros tiveram encontros com o Sindicato dos Trabalhadores Consulares e Missões Diplomáticas (STCDE) e com os Cónsules de Versalhes e de Nogent. Realizaram um encontro com dirigentes associativos e eleitos portugueses na área consular de Nogent e estiveram presentes ou em contacto com a Comunidade aquando das manifestações nas cidades de Orléans e Toulouse.

Saudamos desde já a Comunidade destas duas cidades que, pela sua grande mobilização, mostrou ao Governo que o actual projecto não serve os seus interesses. Também estamos convictos que, ao contrário das “esperanças” do Governo, a Comunidade em Nogent, Versalhes, Tours e Lille, saberá encontrar formas adequadas e demonstrativas da sua oposição ao actual projecto do Governo de liquidação do serviço público consular.

Apelamos de novo ao Governo para que não defraude as esperanças que suscitou na Comunidade aquando das promessas eleitorais que fez de não fechar Consulados. Tal como nós, a Comunidade entende



que as promessas são para se cumprir e não para apenas captar o seu voto.

Consideramos também que a promessa feita pelo Senhor Presidente da República de visitar as Comunidades foi um anúncio importante e que criou desde logo imensa expectativa. Pela nossa parte, no concerner a França, entendemos que este poderia ser um momento deveras oportuno para que o Presidente de todos nós possa concretizar o seu legítimo ensejo. Neste sentido, o CCP-França vai endereçar uma carta ao Senhor Presidente da República.

Também estamos preocupados pela forma como as autoridades francesas poderão vir a encerrar o encerramento dos postos Consulares. A ser efectivo, tal projecto do Governo, comporta sérios riscos de descrédito em relação a um país que, muito por mérito próprio dos Portugueses, soube ao longo dos anos acolher, respeitar e apoiar a Comunidade. Deste modo, o CCP-França vai apelar ao Presidente Jacques Chirac, para que neste momento difícil ele atenda à Comunidade em França.

Participaram na reunião do CCP-França os Conselheiros: Paulo Marques, Filipe Araújo, Álvaro Pimenta, Batista de Matos, Carlos Pereira, Jorge Silva, Manuel Felício, David Gomes, Manuel Cardia Lima e António Fonseca.

Autarcas portugueses em França preocupados pedem apoio a Carlos Gonçalves

Os autarcas portugueses em França estão preocupados com o anunciado encerramento de vários consulados naquele país e pediram ao deputado do PSD pela Emigração, Carlos Gonçalves, para transmitir as suas preocupações ao Governo.

Aqueles autarcas pediram-me para intervir junto do Governo, no sentido de transmitir as suas preocupações e, eventualmente, fazer o Executivo recuar nas suas decisões”, disse à Agência Lusa o deputado social-democrata.

Carlos Gonçalves falava na sequência de uma reunião promovida pela CIVICA, associação dos autarcas portugueses em França, para debater a reestruturação consular.

De acordo com o projecto do Governo, deverão ser extintos os consulados portugueses em Toulouse, Lille, Orléans, Tours, Versailles e Nogent (França).

Em Orléans, Tours e Toulouse vão ser criados consulados honorários, enquanto os serviços de Versailles e Nogent deverão ser absorvidos pelo Consulado de Portugal em Paris.

Para os autarcas portugueses, o projecto do Governo é um “claro desinvestimento do Estado português no que respeita à representação consular e diplomática”, segundo o social-democrata.

De acordo com o deputado, os autarcas consideram que o consulado de Paris “não vai ter capacidade física para atender todas essas pessoas, que devem ascender a 500 mil”.

“Se até hoje, Nogent tem dificuldades em fazer o atendimento, como será em Paris”, questionou.

Em declarações à Agência Lusa, Paulo Marques, da CIVICA, defendeu ainda que a reestruturação consular vai afastar os lusodescendentes de segunda ou terceira geração de Portugal.

“Deverão ser poucos os pais que se dispõem a fazer quilómetros para registarem o seu filho no consulado”, explicou.

O vereador com o pelouro da Juventude, Desporto e Comunicação na câmara de Aulnay-sous-Bois, disse também que já há “movimentações de alguns políticos franceses por considerarem que a comunidade portuguesa está inquieta com a deslocalização dos consulados e o abandono do Governo”.

“Isto acontece numa altura em que a política francesa é de descentralização e de colocar os serviços mais perto da comunidade”, afirmou.

Paulo Marques disse ainda que, com a reestruturação consular anunciada, há portugueses em França que terão de fazer cerca de 400 quilómetros para irem ao consulado de Paris.

As estruturas da Secção ao serviço das Comunidades

A Comissão Política do PSD na Suíça, reunida com vista à preparação de um novo ano de trabalho em prol da Comunidade Portuguesa residente neste país, elaborou e torna público um resumo dos temas que continuam pendentes, alguns de solução, outros apenas de que se façam alterações para melhorar os resultados práticos das soluções já apresentadas. Neste sentido e fazendo também referência a aspectos positivos do ano transacto, passamos a enunciar aquelas que consideramos serem as maiores preocupações das nossas comunidades:

1. Linhas telefónicas na Embaixada de Portugal em Berna – restabelecidas em todos os Serviços;
2. “2.º Pilar” – Autoridades Suíças confirmam publicamente a existência de um entendimento administrativo com vista ao seu reembolso a partir de 31 de Maio de 2007; texto oficial no segredo dos Deuses;
3. Rede Consular – pseudo-reestruturação apenas visa salvaguardar interesses económicos e aliena Portugal do verdadeiro sentido de apoio à Diáspora; desresponsabilização do Estado pelos Serviços Públicos prestados até então; não faz falta existirem tantos Consulados-Gerais, mas consulados honorários não são solução; PSD apresenta proposta para criação de escritório Consular no Tissino;
4. Troca de cartas de condução para titulares de “Permis L” na Suíça – nada foi feito para inverter a situação; o problema é sobejamente conhecido por quem de direito, mas é prático o silêncio sobre esta matéria;
5. Reconhecimento das sentenças de divórcio pronunciadas por tribunal suíço – todos sabem que a livre circulação de pessoas conduz à necessidade de simplificação do reconhecimento das sentenças proferidas por tribunais estrangeiros, que afectam o estado dessas mesmas pessoas; continua a não haver vontade de retirar aos Juízes dos Tribunais da Relação em Portugal a competência exclusiva para dar uma vista de olhos num texto, muitas das vezes até mal traduzido, que pronuncia a dissolução dos casamentos de

portugueses na Suíça por divórcio; esta exigência retrógrada e anacrónica há já muito tempo que devia ter sido abolida em relação à Suíça, país com o qual a União Europeia mantém acordos de livre circulação de pessoas desde 2002;

6. Alteração à Lei da nacionalidade – simplificou-se a aquisição da nacionalidade portuguesa, desburocratizou-se o processo, concede-se mesmos direitos a unidos de facto que a casados, em matéria de aquisição, inova-se em matéria de atribuição automática a estrangeiros residentes/integrados em Portugal; no que respeita aos filhos de pai e mãe portugueses nascidos no estrangeiro (os filhos dos nossos emigrantes) continuam a ser apátridas até terem o seu nascimento registado no Registo Civil Português (Conservatória dos Registos Centrais), a menos que um dos progenitores se encontre ao serviço do estado português à data do nascimento;

7. O Passaporte Electrónico Português (PEP) – somos pioneiros nesta criação, mas estamos longe de ser perfeitos; é um paradoxo ter um super passaporte emitido com base num bilhete de identidade que comprovadamente não oferece garantias de fiabilidade; crianças recém-nascidas, quer por razões de legislação, quer por motivos logísticos têm enormes dificuldades em obter documentos de identificação e viagem; passaporte temporário, ao contrário da promessa do Senhor Secretário de Estado das Comunidades, não é solução e muito menos emitido a título gratuito; crianças viajam com títulos de viagem única e só podem regressar depois de terem Bilhete de Identidade;

Ainda há um grande trabalho por fazer. Em 2007 vamos continuar a lutar para que os nossos emigrantes se sintam melhor representados, para que tenham melhor qualidade nos serviços que Portugal lhes oferece, para contrariar a corrente de medidas que o Governo PS está a tomar que fazem com que as nossas comunidades emigradas se sintam cada vez mais afastadas da sua terra natal.

Com os votos de um Próspero 2007 e sempre “AO ENCONTRO DA COMUNIDADE PORTUGUESA NA SUÍÇA”!

PSD considera a extrema gravidade dos encerramentos previstos na reestruturação consular

O deputado do PSD José Cesário criticou o projecto de reestruturação consular do Governo, considerando que está em causa o encerramento de consulados “com sérios prejuízos” para acção externa do Estado e das comunidades portuguesas.

“Acabamos de ser confrontados com o anúncio de uma proposta de reestruturação consular, cujo objecto parece apontar exclusivamente no sentido do encerramento de 24 postos consulares de mais variada natureza”, disse José Cesário, no plenário da Assembleia da República.

O projecto de reestruturação consular do Governo prevê o encerramento em 2007, de 17 consulados em oito países e um escritório consular.

O Executivo pretende igualmente transformar seis consulados em vice-consulados e um em escritório consular, além de prever a criação de uma secção consular e de 10 consulados honorários.

Para o deputado eleito pelo círculo da Emigração, a rede consular portuguesa “não pode ser estática e conservadoramente imutável, devendo adaptar-se às prioridades da política externa e às necessidades das comunidades portuguesas”.

José Cesário defendeu que uma reestruturação da rede consular deverá ter em conta “a relação institucional e pessoal com toda a comunidade internacional com acções integradas de diplomacia económica, cultural e medidas de acompanhamento e apoio às comunidades portuguesas”.

O deputado salientou igualmente que não devem ser encerrados postos importantes e que deve ser dada continuidade à política de modernização da rede consular.

Defendeu ainda a abertura de novas estruturas, sendo para tal necessário identificar as necessidades da rede consular.

O deputado social-democrata criticou ainda as decisões tomadas nos últimos meses pelo Governo em matéria de emigração, designadamente a extinção das contas poupança-emigrante, o fim do porte pago para a imprensa regional e as alterações introduzidas no ensino do português no estrangeiro.

José Cesário condenou ainda o fim da emissão dos passaportes portugueses nos postos consulares e o acompanhamento “praticamente nulo” ao “aumento impressionante” de portugueses que têm emigrado nos últimos dois anos.

“Na prática, são cinco milhões de portugueses que são sistematicamente esquecidos, pouco parecendo contar para o presente e o futuro do país”, disse ainda o deputado no parlamento.



AVEIRO

Ao abrigo do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Aveiro, para reunir em sessão ordinária, no dia 15 de Fevereiro de 2007 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia de Aveiro, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, nº 177, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise e aprovação das Contas de 2006 do PSD a nível da Secção;
2. Análise e aprovação do Orçamento de 2007 do PSD a nível da Secção;
3. Análise da situação Político-partidária.

CABECEIRAS DE BASTO

Mário António Jesus Leite, Presidente da Mesa da Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto do PSD, convoca, nos termos do art. 51.º, dos Estatutos do PSD, a Assembleia de Secção para o dia 27 de Janeiro de 2007, sábado, às 21 horas, na Sede do Partido, no Loteamento do Quinchoso, em Cabeceiras de Basto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem do Dia

- 1- Apreciação e votação da Conta de Gerência da Secção do ano de 2006;
 - 2- Análise da situação política nacional e concelhia;
 - 3- Outros assuntos de interesse para a Secção.
- Nos termos do n.º 2, do art. 66.º, dos Estatutos, a Assembleia Geral funcionará a partir das 21h30 com qualquer número de militantes presentes.

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Coruche, para reunir no dia 19 de Janeiro de 2007, pelas 21h00, na sede concelhia de Coruche, sita na Rua Direita, nº 20 r/c, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação Político-partidária;
2. Outros assuntos.

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lousada, para reunir no próximo dia 16 de

Fevereiro de 2007 (sexta-feira), pelas 19h00, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política para o mandato 2007/2009
Nota: O acto eleitoral decorrerá entre as 19h00 e as 23h00.

MARVÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes do PSD de Marvão, para reunir, no dia 9 de Fevereiro de 2007 (sexta-feira), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00

Para efeito de entrega de listas, as mesmas terão que ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral, só poderão votar e ser eleitos os militantes que, à data se encontrem inscritos no PSD, Há, pelo menos, seis meses e que tenham as suas quotas em dia, pagas até ao 10º dia anterior ao do acto eleitoral.

MOURÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mourão para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 19 de Fevereiro de 2007, na sede do PSD em Mourão, sita no Largo das Portas de São Bento, nº 7, entre as 18h00 e as 23h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política do PSD de Mourão.

Nota: Para efeito de entrega de listas, as mesmas terão que ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE CAMPOLIDE (Secção D)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se o Plenário do Núcleo de Campolide, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2007 (terça-feira) entre as 18h00 e as 23h00, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro nº 116 -2º esq, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Nota: A entrega de listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro

dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção D, sita na RUA Luciano Cordeiro, nº 116 – 2º esq, em Lisboa

NÚCLEO DE CORAÇÃO DE JESUS (Secção D)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se o Plenário do Núcleo de Coração de Jesus, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2007 (terça-feira) entre as 18h00 e as 23h00, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro nº 116 -2º esq, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Nota: A entrega de listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção D, sita na RUA Luciano Cordeiro, nº 116 – 2º esq, em Lisboa

NÚCLEO DA LAPA (Secção D)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se o Plenário do Núcleo da Lapa, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2007 (terça-feira) entre as 18h00 e as 23h00, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro nº 116 -2º esq, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Nota: A entrega de listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção D, sita na RUA Luciano Cordeiro, nº 116 – 2º esq, em Lisboa

NÚCLEO DE SANTA ISABEL (Secção D)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se o Plenário do Núcleo de Santa Isabel, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2007 (terça-feira) entre as 18h00 e as 23h00, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro nº 116 -2º esq, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Nota: A entrega de listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção D, sita na RUA Luciano Cordeiro, nº 116 – 2º esq, em Lisboa

NÚCLEO DE SANTO CONDESTÁVEL (Secção D)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se o Plenário do Núcleo de Santo Condestável, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro

de 2007 (terça-feira) entre as 18h00 e as 23h00, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro nº 116 -2º esq, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Nota: A entrega de listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção D, sita na RUA Luciano Cordeiro, nº 116 – 2º esq, em Lisboa

NÚCLEO DE SÃO JOSÉ (Secção D)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se o Plenário do Núcleo de São José, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2007 (terça-feira) entre as 18h00 e as 23h00, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro nº 116 -2º esq, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Nota: A entrega de listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção D, sita na RUA Luciano Cordeiro, nº 116 – 2º esq, em Lisboa

NÚCLEO DE SÃO MAMEDE (Secção D)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se o Plenário do Núcleo de São Mamede, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2007 (terça-feira) entre as 18h00 e as 23h00, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro nº 116 -2º esq, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Nota: A entrega de listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção D, sita na RUA Luciano Cordeiro, nº 116 – 2º esq, em Lisboa

NÚCLEO DE SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA(Secção D)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se o Plenário do Núcleo de São Sebastião da Pedreira, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2007 (terça-feira) entre as 18h00 e as 23h00, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro nº 116 -2º esq, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Nota: A entrega de listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção D, sita na RUA Luciano Cordeiro, nº 116 – 2º esq, em Lisboa

NÚCLEO DE FREIXIANDA (Secção de Ourém)

David Pereira Coutinho, Presidente da Comissão Política da Secção de Ourém do PSD, convoca o Núcleo do PSD de Freixianda (militantes inscritos na freguesia de Freixianda, Casal dos Bernardos, Formigais, Ribeira do Fário e Rio de Couros) para reunir no próximo dia 24 de Fevereiro de 2007, entre as 18h00 e as 21h00, na Rua D. Afonso Henriques, n.º 18, em Freixianda, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Freixianda.

Nota: As listas concorrentes deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede do PSD de Ourém, na Rua Dr. Carlos Vaz Faria de Almeida, n.º 31 – 1.º andar.

NÚCLEO DE FÁTIMA (Ourém)

Nos termos dos Estatutos do PSD e em conformidade com o Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes do Núcleo de Fátima do PSD, para a Assembleia Eleitoral, a realizar no próximo dia 23 de Fevereiro de 2007, na sede do Núcleo, no período compreendido entre as 20h00 e as 23h00, na sede do Núcleo sita na Av. Beato Nuno, Edifício Francisco, 2495-401 Fátima, com a seguinte ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Fátima do PSD.

Nota: As candidaturas deverão ser entregues, nos termos legais, na sede do Núcleo de Fátima, até às 24h00 do dia 19 de Fevereiro de 2007.

Apenas poderão eleger e ser eleitos os militantes que tenham as quotas em dia até ao décimo dia anterior ao da eleição. (n.º 5 do artigo 7.º do regulamento Eleitoral).

OURÉM

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, e em conformidade com o Regulamento Eleitoral aprovado, convoca-se os militantes do PSD de Ourém, para a Assembleia Eleitoral, a realizar no próximo dia 16 de Fevereiro de 2007 (sexta-feira), na sede do partido em Ourém, no período compreendido entre as 19h00 e as 22h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As candidaturas deverão ser entregues, nos termos legais, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o possa substituir, até às 24h00 do dia 19 de Fevereiro

de 2007.

Apenas poderão eleger e ser eleitos os militantes que tenham as quotas em dia até ao décimo dia anterior ao da eleição. (n.º 5 do artigo 7.º do regulamento Eleitoral).

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convocam-se todos os militantes da Secção de Santo Tirso para uma Assembleia de Secção, no próximo dia 14 de Fevereiro de 2007, pelas 21 horas, na sede concelhia sita à Rua Dr.º Carneiro Pacheco, 33-1.º Loja 5 em Santo Tirso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação de contas referentes ao ano de 2005
- 2 – Balanço da actividade da CPC
- 3 – Plano de acção para 2007

SECÇÃO D

Nos termos do disposto no artigo 50.º, n.º 2, alínea c) dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia da Secção D de Lisboa AM, para reunir, em sessão ordinária, na sede da Secção, na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 – 2.º Esquerdo, no próximo dia 13 de Fevereiro (terça-feira), das 18h00 às 23h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: A sede está aberta às horas de expediente, para entrega de candidaturas no terceiro dia anterior ao acto eleitoral, a sede está aberta até às 24h00.

SERTÁ

(Distrital de Castelo Branco)

Ao abrigo do artigo 51.º dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção da Sertá, para reunir no dia 16 de Fevereiro (sexta-feira), pelas 18h00, na Sede Concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: A eleição decorrerá entre as 18h00 e as 21h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital ou a quem o substitua, na Sede Concelhia da Sertá, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral, encontrando-se a Sede aberta para o efeito naquele dia 13 de Fevereiro das 21h00 às 24h00.

TORRE DE MONCORVO

Nos termos dos artigos 50.º, 51.º e 56.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes inscritos na Secção de Torre de Moncorvo do PSD, para uma Assembleia Eleitoral, a realizar no próximo dia 24 de Fevereiro de 2007, pelas 21h00, na sede concelhia do PSD, sita na Rua Dr. Margarido n.º 7 – 1.º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral (21 de Fevereiro), na sede concelhia do PSD, sita na Rua Dr. Margarido n.º 7 – 1.º

VALPAÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valpaços, para reunir, no próximo dia 22 de Janeiro de 2007 (segunda-feira), pelas 17h45 na sede do PSD de Valpaços, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação, discussão e votação do relatório de contas de 2006;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vagos, para reunir, em sessão ordinária, no dia 27 de Janeiro de 2007, pelas 20h30, na sua sede sita na Rua Cândido dos Reis, n.º 440- r/c, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise, discussão e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2007;
2. Análise, discussão e aprovação do Plano de Actividades e Contas relativos ao ano findo em 31 de Dezembro de 2006;
3. Análise da situação política actual;
4. Outros assuntos de interesse para o Partido.

Nota: Se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde com qualquer número de militantes presentes.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convocam-se os militantes da Secção

de Vila Nova de Gaia, do PSD, a reunirem em Assembleia Plenária, no dia 15 de Janeiro de 2007, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 – Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação e aprovação das contas relativas ao ano de 2006;
2. Apresentação e aprovação do plano e orçamento para o Ano de 2007;
3. Análise e discussão da situação política.



CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Ordinário, da JSD da Secção do Cartaxo, a realizar-se no dia, 19 de Janeiro de 2007, pelas 21:00 Horas, na sede do PSD/ Cartaxo, sita na Rua Serpa Pinto, Lote 3 – 1.º D.º, no Cartaxo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da Situação Política
- 3 - Plano de Actividades

Presidente da Mesa do Plenário da JSD do Cartaxo
(Ruben Gorgulho)

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do regulamento eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção para o Plenário, a realizar dia 10 de Fevereiro de 2007, entre as 16h00 e as 18h00, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua do Pina, n.º 6, em Castelo Branco com a seguinte ordem de trabalhos:

Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

1 – As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 – As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 – Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 – Deverão ter número ímpar de



membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção da Assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 – Candidatos suplentes equivalentes a pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 – Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 – As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem ao abrigo dos estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Castelo Branco;

8 – As urnas estarão abertas das 16h00 às 18 horas.

O Presidente da Mesa
(Gilberto Alves Martins)

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Chaves, para reunir no próximo dia 26 de Janeiro de 2007, pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD/Chaves, sita na Avenida Tenente Valadim, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Tomada de posse oficial dos membros eleitos para a Comissão Política Concelhia da JSD Chaves;

2 – Análise da situação política actual;

3 – Outros assuntos.
A Presidente da Mesa
(Márcia Teixeira)

CONSELHO DISTRITAL DE FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD/Algarve, para reunir no próximo dia 16 de Fevereiro de 2007, pelas 21h30, na Sede do PSD/Algarve, sito na Rua Projectada à Rua de São Luís, n.º 1, em Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados da JSD/Algarve à Assembleia Distrital do PSD/Algarve;

2 – Discussão e votação do Plano de actividades da JSD/Algarve e seu Orçamento para 2007;

3 – Análise da Situação Política;

4 – Outros Assuntos.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 23 horas.

As listas candidatam, deverão ser entregues conforme os Estatutos, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Bruno Laje)

CONSELHO DISTRITAL

DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário da Assembleia Distrital de Lisboa, para reunir no próximo dia 19 de Janeiro de 2007, pelas 22 horas, no Hotel Real Parque, Av. Luís Bivar, 67, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: XIX Congresso Nacional da JSD.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital
(Luís Newton)

CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os Delegados ao Conselho Distrital de Santarém da JSD, para o Conselho Distrital a realizar no dia 26 de Janeiro de 2007, pelas 20h30, na Sede do PSD, sita na Calçada de Mem Ramires, 10 – 1.º, em Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações e análise da situação política;

2 – Apreciação e votação do relatório de contas do Ano de 2006;

3 – Apresentação do Plano de Actividades e Actividades e votação do Orçamento de 2007.

O Presidente do Conselho Distrital
(António Manuel Jorge)

CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, e do regulamento eleitoral da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Santarém, para a Assembleia Eleitoral a realizar no dia 17 de Fevereiro de 2007, pelas 15 horas, na Sede do PSD, na Rua Almirante Reis, n.º 69, em Entroncamento, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações e análise da situação política;

2 – Eleição dos Delegados Distritais da JSD à Assembleia Distrital do PSD.

Nota:

As listas devem ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem ao abrigo dos estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Santarém.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas das 15h30 às 17 horas.

O Presidente do Conselho Distrital
(António Manuel Jorge)

COORDENADORA NACIONAL PARA O ENSINO SUPERIOR DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Estudantes Social Democratas da Universidade de Aveiro, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2007, pelas 18 horas, na sede do PSD do Distrito de Aveiro, sita na Urbanização Glicínias, 5 B – Loja 2, Aradas, em Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apresentação de Programas Eleitorais;

2 – Eleição da Mesa e da Direcção do NESDUA.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Coordenador Nacional para o Ensino Superior da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede do PSD de Aveiro, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

O Coordenador Nacional para o Ensino Superior da JSD
(Carlos Franco)

COORDENADORA NACIONAL PARA O ENSINO SUPERIOR DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Académico Distrital da JSD de Aveiro, para reunir no próximo dia 23 de Fevereiro de 2007, pelas 18 horas, na Sede do PSD de Aveiro, sita na Urbanização Glicínias, 5 B – Loja 2, Aradas, em Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa da Comissão Académica Distrital da Juventude Social Democrata;

2 – Apresentação e Aprovação de propostas de equipa Coordenadora Académica Distrital da JSD de Aveiro.

Nota:

1 – As listas deverão ser entregues ao Coordenador Nacional para o Ensino Superior da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede do PSD de Aveiro, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD;

2 – As urnas estarão abertas das 18 horas às 19 h30.

O Coordenador Nacional para o Ensino Superior da JSD
(Carlos Franco)

FERREIRA DO ZÊZERE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Ferreira do Zêzere, para a Assembleia Eleitoral a realizar no dia 24 de Fevereiro de 2007, pelas 17h30, na Sede do PSD, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, com a seguinte:

Ponto Único – Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da JSD de Ferreira do Zêzere.

Nota:

As listas devem ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Ferreira do Zêzere.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas das 18 horas às 19 horas.

O Presidente do Conselho Distrital
(António Manuel Jorge)

MAÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Mação, para a Assembleia Eleitoral a realizar no dia 10 de Fevereiro de 2007, pelas 15.00 horas na sede do PSD, na Rua Francisco Serrano, n.º 29 1º, em Mação, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Comissão Política da JSD de Mação, Eleição da Mesa do Plenário da JSD de Mação

Notas:

As listas devem ser entregues até às 24.00h, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem ao abrigo dos estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Mação.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas das 15.30 às 16.30.

O Presidente do Conselho Distrital
(António Manuel Jorge)

NÚCLEO LITORAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo Litoral do Porto, a realizar no próximo dia 15 de Fevereiro de 2007, pelas 21 horas, na Rua de Fez, n.º 123, sita no Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário.

Nota:

As listas deverão ser apresentadas em duplicado à Presidente da Mesa (contacto: 962 343 195), até às

24 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos, nos termos do artigo 23.º, 4.

As urnas estarão abertas entre as 21 horas e as 23 horas.

A Presidente da Mesa
(Ana Dagge)

OURÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Ourém, para a Assembleia Eleitoral a realizar no dia 10 de Fevereiro de 2007, pelas 15.00 horas na sede do PSD, na Rua Carlos Vaz Faria de Almeida, Lote 6 – 1º Frente, em Ourém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Comissão Política da JSD de Ourém, Eleição da Mesa do Plenário da JSD de Ourém

Notas:

As listas devem ser entregues até às 24.00h, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem ao abrigo dos estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Ourém.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas das 15.30 às 17.30.

O Presidente do Conselho Distrital
(António Manuel Jorge)

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e das disposições regulamentares aplicáveis, convoco o Plenário da Concelhia da JSD de Paredes, para reunir no próximo dia 10 de Fevereiro de 2007, (Sábado), pelas 15 horas, na Sede Concelhia de Paredes, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção da JSD Paredes.

Nota:

As listas candidatas aos pontos constantes da ordem de trabalhos, deverão ser constituídas nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD;

As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A votação iniciar-se-á pelas 15 horas, sendo as urnas de voto encerradas às 19 horas.

O Presidente da Mesa do

Concelho Distrital
(Daniel Fangueiro)

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e das disposições regulamentares aplicáveis, convoco o Plenário da Concelhia da JSD de Penafiel, para reunir no próximo dia 10 de Fevereiro de 2007, (Sábado), pelas 17 horas, na Sede Concelhia de Penafiel, sita na Rua “O Penafidense”, n.º 9 – 1.º Dtº com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD de Penafiel;

2 – Eleição da Mesa do Plenário Concelhia da JSD de Penafiel.

Nota:

As listas candidatas aos pontos constantes da ordem de trabalhos, deverão ser constituídas nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD;

As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao da realização do acto eleitoral, na sede Concelhia, sita na morada supra citada, ou a quem, estatutariamente o possa substituir;

A votação iniciar-se-á pelas 17 horas, sendo as urnas de voto encerradas às 19 horas.

O Presidente da Mesa do Concelho Distrital
(Daniel Fangueiro)

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e das disposições regulamentares aplicáveis, convoco o Plenário da Concelhia da JSD de Santo Tirso, para reunir no próximo dia 10 de Fevereiro de 2007, (Sábado), pelas 15 horas, na Sede Concelhia de Santo Tirso, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção da JSD Santo Tirso.

Nota:

As listas candidatas aos pontos constantes da ordem de trabalhos, deverão ser constituídas nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD;

As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A votação iniciar-se-á pelas 16 horas, sendo as urnas de voto encerradas às 21 horas.

O Presidente da Mesa do Concelho Distrital
(Daniel Fangueiro)